

PROGRAMA DE ENSINO E PESQUISA EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO FINAL

PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE PROGRAMACÃO
E DE COORDENAÇÃO BID/IPEA/FIPE DO CONVÊNIO ATN/SF-2056-RE
E PLANO DE TRABALHO PARA 1982/1983

SÃO PAULO, DE 20 A 28 DE JULHO DE 1982

1



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO FINAL
PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE PROGRAMAÇÃO
E DE COORDENAÇÃO BID/IPEA/FIPE DO CONVÊNIO ATN/SF-2056-RE
E PLANO DE TRABALHO PARA 1982/1983

SÃO PAULO, DE 20 A 28 DE JULHO DE 1982

Composição do Comitê de Programação e Coordenação:

Banco Interamericano de Desenvolvimento

- Dr. Luiz Ratinoff
- Dra. Gloria de Ospina
- Dr. Jean Pierre Partarrieu

Instituto de Planejamento Econômico e Social

- Dra. Maria Nazareth de Aguiar

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

- Prof. Antonio Evaldo Comune
- Prof. Carlos Roberto Azzoni
- Prof. Juarez Alexandre Baldini Rizzieri
- Prof. Luiz Augusto de Queiroz Ablas
- Prof. Martin Lu



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA DE ENSINO E PESQUISA EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA
CONVÊNIO ATN/SF-2056-RE

Í N D I C E

	Página
1. <u>INÍCIO DAS ATIVIDADES</u>	1
2. <u>SUBPROGRAMA I</u>	1
2.1. <u>Atividade 1: Cursos de Mestrado</u>	1
2.1.1. Promoção dos Cursos	1
2.1.2. Critérios de Seleção	2
2.1.3. Informação aos Participantes	3
2.1.4. Recepção dos Participantes	4
2.1.5. Ajuda de Instalação e Bolsas de Estu- do	5
2.1.6. Seguro de Vida e Assistência Médica .	5
2.1.7. Suporte da FIPE à Instalação	6
2.1.8. Alterações quanto à Estruturação e ao Conteú- do dos Cursos	6
2.2. <u>Atividade 2: Curso de Reciclagem</u>	10
3. <u>SUBPROGRAMA II</u>	11
3.1. <u>Atividade 3: Pesquisas no Brasil</u>	11
3.1.1. Pesquisas em Execução durante 1982 ..	11
3.1.2. Pesquisas Previstas para 1983	12
3.2. <u>Atividade 4: Pesquisas na Região</u>	12
3.2.1. Objetivos	12
3.2.2. Instituições Congêneres da Região ...	13
3.2.3. Programação de Visitas	14
3.2.4. Temas de Pesquisa Selecionados	15



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

	Página
3.2.5. Modalidades de Cooperação Técnica ...	16
3.2.6. Formas de Contratação	17
3.2.7. Programação das Atividades para 1982/ 83	17
4. <u>SUBPROGRAMA III</u>	19
4.1. <u>Atividade 5: Treinamento de Professores/Pes-</u> <u>quisadores da FIPE</u>	19
4.2. <u>Atividade 6: Treinamento de Professores/Pes-</u> <u>quisadores de Instituições Congêneres da Re-</u> <u>gião</u>	20
5. <u>SUBPROGRAMA IV</u>	21
5.1. <u>Atividade 7: Seminários de Metodologia e Ava-</u> <u>liação</u>	21
5.1.1. Primeiro Seminário: Em Fins de Abril/ 83	21
5.1.2. Segundo Seminário Regional de Metodo- logia e Avaliação	22
5.2. <u>Atividade 8: Difusão e Promoção dos Resulta-</u> <u>dos</u>	22
6. <u>PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS</u>	23
6.1. <u>Plano de Contas para a Execução do Programa.</u>	23
6.2. <u>Fundo Rotativo em Moeda Nacional</u>	23
6.3. <u>Fundo Rotativo em Dólares</u>	24
6.4. <u>Sistemática de Pagamento de Diárias de Pro-</u> <u>fessores/Pesquisadores da FIPE e da Região</u> .	25



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

	Página
6.5. <u>Realização da Próxima Reunião Conjunta de Programação e Coordenação</u>	25

ANEXOS

- I. Material de Promoção do Curso de Mestrado
- II. Relação das Instituições da Região
- III. Relação das Instituições Brasileiras
- IV. Relação e Escopo das Pesquisas em Execução durante 1982
- V. Relação das Pesquisas já Definidas para 1983
- VI. Modelo do Convênio ou Carta de Intenções
- VII. Modelo do Memorandum de Cooperação Técnica
- VIII. Cronograma das Atividades de Pesquisa na Região



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

1. INÍCIO DAS ATIVIDADES

De acordo com as seções 2.02 e 2.09 do Convênio ATN/SF-2056-RE, o Comitê de Programação e Coordenação reuniu-se em São Paulo, entre os dias 20 e 28 de julho de 1982, na sede da FIPE, junto à Universidade de São Paulo. O Comitê ratificou a decisão tomada na pré-reunião de programação efetuada em Washington, entre os dias 19 e 21 de maio de 1982, fixando o início das atividades do Convênio para o dia 1º de julho de 1982. A partir desta data, começa a contar o prazo de execução do Programa de Pesquisa e Ensino em Economia Regional e Urbana, de trinta e seis (36) meses, o qual — por razões acadêmicas devidamente justificadas pela FIPE — poderá ser eventualmente ampliado pelo Banco.

2. SUBPROGRAMA 1

2.1. Atividade 1: Cursos de Mestrado

2.1.1. Promoção dos Cursos

Segundo as orientações definidas na pré-reunião de Washington, a FIPE preparou todo o material de promoção do 1º Curso de Mestrado em Economia com Especialização em Economia Regional e Urbana. Este material (ver Anexo I) foi enviado no dia 22 de julho de 1982 a quatrocentos e onze (411) instituições da Região e a duzentos e trinta e oito (238) instituições brasileiras (ver Anexo III).

Além disso, três formas adicionais de promoção foram estabelecidas e providenciadas:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

2

i) contatos pessoais através de ex-participantes dos cursos de mestrado anteriores (ATN/SF-1616-RE);

ii) através das Representações do Banco em cada País da Região, difundir o Programa junto a projetos/programas financiados pelo Banco em áreas afins e, por fim;

iii) contatos pessoais através das principais instituições congêneres da Região, notadamente aquelas que participarão de pesquisas comuns/complementares na Região (Subprograma II, Atividade 4).

2.1.2. Critérios de Seleção

Conforme a experiência adquirida na execução e avaliação do programa anterior, o Comitê decidiu manter os mesmos critérios adotados, a saber:

- i) representatividade regional;
- ii) formação acadêmica;
- iii) qualificação acadêmica;
- iv) posição profissional;
- v) experiência profissional;
- vi) motivação e
- vii) idade.

Considerando as substituições entre os vários critérios — notadamente os dois primeiros — o Comitê resolveu buscar a sua consecução por meio de duas estratégias complementares. No que se refere ao primeiro, da representatividade regional, tendo-se em vista a origem geográfica dos participantes das duas turmas anteriores, resolveu-se que uma ação estratégica fosse montada para os seguintes países: Mé-



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

xico, Costa Rica, Venezuela e Paraguai. Serão intensificados os contatos pessoais com técnicos/instituições destes países, para aumentar o número de candidatos aos próximos cursos. Quanto à questão da formação acadêmica, o Comitê sugeriu que — sempre que possível — sejam aplicados testes de avaliação através das representações do Banco nos países, cujos resultados serão utilizados de forma a complementar as informações contidas nos dossiês de inscrição. Estas recomendações estabelecidas se aplicam tanto aos candidatos da Região quanto do Brasil.

2.1.3. Informação aos Participantes

Sempre de acordo com a execução e a avaliação do programa anterior, o Comitê considerou como muito importante o detalhamento das providências para facilitar, ao máximo, o processo de adaptação dos participantes, tanto latinoamericanos quanto brasileiros. Neste sentido, quanto maior o volume de informações prévias à disposição dos participantes, mais fácil será a adaptação.

Dentre as principais informações prévias levantadas, as seguintes foram consideradas como indispensáveis:

i) a relação de documentos pessoais e/ou familiares, requeridos para a inscrição acadêmica do participante, cuja formalização assegura a este (e a seus dependentes) o acesso ao serviço de assistência médica da Universidade de São Paulo e da própria FIPE;

ii) informações sobre os procedimentos na chegada a São Paulo, quanto a:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

4

- local de câmbio no aeroporto;
 - tipos de táxis existentes, com uma estimativa de gastos segundo o deslocamento;
 - custos médios de diárias de hotel para a instalação inicial;
 - quantidade de reserva mínima para os gastos iniciais;
- iii) uma lista de hotéis, nos quais podem ser feitas reservas, acompanhada do preço das diárias e
- iv) um mapa da cidade sob forma de croquis, com as principais indicações e referências.

2.1.4. Recepção dos Participantes em São Paulo

Tal como na execução do programa anterior, a recepção dos participantes dar-se-á mediante designação de uma secretária, especialmente para servir e ajudar os bolsistas. Na execução do presente Programa, contar-se-á com o Prof. Alberto Müller (ex-bolsista, promoção curso 1979 e atualmente professor-associado) para coordenar todas as atividades de recepção e de instalação. Tendo passado pelos mesmos problemas, Prof. Müller estará em condições de melhor orientar os participantes, principalmente aqueles não-brasileiros.

Solicitar-se-á, enfaticamente, aos participantes que comuniquem a data de sua chegada no máximo até sete (7) dias antes, no período compreendido entre 15 e 31 de janeiro de 1983. Este aspecto é fundamental, para que possam ser tomadas as providências necessárias, principalmente no que se refere à reserva de alojamento. Também serão fornecidos telefones para contato, no caso de uma chegada durante o fim de semana.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

2.1.5. Ajuda à Instalação e Bolsas

O Comitê decidiu fornecer a cada bolsista, desde a sua chegada à sede da FIPE, uma ajuda para instalação e primeiras despesas, em cruzeiros equivalentes a US\$ 300.00. Considerando que as bolsas são pagas antecipadas, esta ajuda permitirá uma melhor cobertura dos gastos dos participantes entre a sua chegada e o pagamento da primeira bolsa.

Com relação ao valor das bolsas, estas estão — tal como o programa anterior — fixadas em cruzeiros equivalentes a US\$ 500.00/mês, calculadas à taxa vigentes em janeiro de 1983. Será mantido o esquema de se diferenciar a ajuda, segundo o estado civil dos bolsistas, calculada de acordo com o número de dependentes.

2.1.6. Seguro de Vida e Assistência Médica

Foi decidido pelo Comitê, que cada bolsista será coberto por uma apólice de seguro de vida em grupo, que cubra no mínimo o valor equivalente a US\$ 10,000.00 para morte acidental e US\$ 5,000.00 para morte natural. Desde a sua chegada, cada bolsista será automaticamente incluído e coberto.

No que tange à assistência médica, a partir de sua inscrição pedagógica junto à Secretaria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, o bolsista (e seus eventuais dependentes) estão automaticamente cobertos pelo sistema de assistência médica da Universidade de São Paulo. Além disso, ficou estabelecido pelo Comitê, que estes mesmos bolsistas terão igualmente acesso ao Convênio de Assistência Médica existente entre a FIPE e a Clínica do Doutor Ivan Galiza.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

6

Serão procedidos estudos específicos sobre a possibilidade de o Programa contribuir com parte do custo deste serviço privado pago pela FIPE.

2.1.7. Suporte da FIPE à Instalação

Tal como o programa anterior, a FIPE responsabilizar-se-á junto aos proprietários de imóveis e/ou agências imobiliárias, quanto à fiança para aluguel de apartamentos por parte dos bolsistas do Programa. A sistemática consistirá em um depósito prévio da caução em uma conta de poupança conjunta, para se facilitar a instalação dos participantes dos programas de mestrado.

2.1.8. Alterações quanto à Estruturação e ao Conteúdo dos Cursos

Além dos aspectos administrativos referentes à recepção e à instalação dos bolsistas, o Comitê procedeu a uma revisão da composição curricular das diversas disciplinas componentes do subprograma de mestrado. As modificações aprovadas são sumarizadas a seguir.

Tendo em vista, por um lado, as exigências estabelecida pela Câmara de Pós-Graduação para o Departamento de Economia, e, por outro lado, os critérios de pesquisa e de ensino estabelecidos pelo Comitê para a execução do Programa, o Curso passou a contar com uma definição prévia de obrigatoriedade das seguintes disciplinas:

- 1º Semestre:
 - Microeconomia



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

7

- Macroeconomia
- Estatística
- Teoria e História da Urbanização
- 2º Semestre:
 - Econometria
 - Economia Urbana
 - Economia Regional
- Curso de Verão (sem direito a crédito):
 - Economia da Terra
- 3º Semestre:
 - Problemas e Políticas de Desenvolvimento Regional e Urbano
 - Aspectos Demográficos e Sociais da Urbanização.

Com relação ao programa anterior, as modificações foram as seguintes:

- i) 1º Semestre: inalterada a composição
- ii) 2º Semestre:
 - as disciplinas de Economia Urbana e Economia Regional passam a ser, ambas, obrigatórias e não mais apenas uma; a justificativa é dada pelas dificuldades dos participantes em manipularem os conceitos básicos da Análise Regional, por ocasião do terceiro semestre, durante a disciplina de Problemas e Políticas de Desenvolvimento Regional e Urbano;
 - as disciplinas de Finanças Públicas Urbanas e Elaboração e Avaliação de Projetos deixam de



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

8

ser (pelo menos uma) obrigatórias; a decisão deveu-se à prioridade de se introduzir outras disciplinas, conforme se verá a seguir;

iii) Curso de Verão:

- será oferecido um curso de verão — em caráter experimental — sobre Economia da Terra, cujo conteúdo será especificado durante o primeiro semestre de 1983; as ênfases recomendadas pelo Comitê para esta disciplina são:
 - procurar conferir um cunho mais analítico do que descritivo;
 - procurar destacar características de processos que possam explicar a evolução de unidades regionais, segundo as formas de integração setorial (funcional) e territorial (espacial);
 - procurar melhor introduzir os espaços rurais na análise espacial, o que equivale a redefinir tanto o papel dos pequenos assentamentos humanos na rede urbana, como a interface entre um processo de urbanização e as transformações do espaço rural;
 - como seqüência das disciplinas de Economia Urbana e Economia Regional, procurar rediscutir e rever as questões relacionadas com a formação do valor da terra (tanto urbana como rural), com as modalidades de seu uso (quer efetivo, quer potencial);



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

9

iv) 3º Semestre:

- a passagem das disciplinas de Finanças Públicas Urbanas e de Elaboração e Avaliação de Projetos para optativas (no caso dos participantes do Programa, adicionais) libera a possibilidade recomendada pelo Comitê de se oferecer — junto com a disciplina de Problemas e Políticas de Desenvolvimento Regional e Urbano — um curso sobre os Aspectos Demográficos e Sociais da Urbanização; a sua formalização justifica-se pelas razões seguintes:
- agregar aos aspectos referentes à dinâmica demográfica (oferecido em caráter optativo, no programa anterior) todo um conjunto de aspectos não exclusivamente econômicos, relacionados com a urbanização enquanto processo;
- introduzir na evolução da composição dos cursos do Programa a questão do poder na organização dos assentamentos humanos, notadamente quanto às interfaces com um entendimento de planejamento "voluntarista" e de sua revisão crítica;
- permitir um maior estímulo à imaginação dos participantes do Programa, quanto aos aspectos específicos da realidade urbano-regional-rural da América Latina.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

10

No que se refere aos aspectos operacionais das alterações antes resumidas, as principais recomendações do Comitê foram no sentido de:

- i) programar, desde logo e a um só tempo, as decisões necessárias a curto e médio prazos, para o ajuste da estrutura detalhada destes novos cursos e do pessoal docente capacitado e necessário para a sua oferta;
- ii) para se operacionalizar os objetivos a curto e médio prazos, antes referidos, servir-se dos subprogramas de treinamento, bem como daquele relativo à contratação de professores-visitantes ou associados;
- iii) apresentar — para a próxima Reunião Conjunta de Programação e de Coordenação (prevista para fins de abril e início de maio de 1983) — um escopo para discussão de detalhamentos adicionais pelo Comitê.

Sobre os aspectos complementares da questão de cursos de reciclagem, houve consenso por parte do Comitê no sentido de sua manutenção, mantendo-se, assim, os cursos de Inglês e de Métodos Quantitativos.

2.2. Atividade 2: Curso de Reciclagem

O Comitê reservou a discussão da montagem e composição do Curso de Reciclagem a ser oferecido para os técnicos e profissionais da Região para as próximas Reuniões Conjuntas de Programação e Coordenação. Duas orientações genéricas foram traçadas:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

- i) fazer coincidir, desde que possível, o término do Curso de Reciclagem com o início do 2º Seminário Regional de Metodologia e Avaliação, para se maximizar os efeitos de difusão dos resultados de pesquisas e de temas e problemas relevantes na área regional e urbana da América Latina;
- ii) procurar uma composição do corpo docente para este curso, entre professores/pesquisadores das instituições congêneres da América Latina; o objetivo — a médio e longo prazo — desta medida abrirá a possibilidade de cursos futuros de mesma natureza.

3. SUBPROGRAMA II

3.1. Atividade 3: Pesquisas no Brasil

3.1.1. Pesquisas em Execução durante 1982

Durante o ano de 1982, quatro pesquisas estão em execução, conforme a listagem a seguir, as três primeiras contam com o apoio financeiro do IPEA e a última é conduzida pelo pesquisador associado:

- i) Evolução de Alguns Indicadores das Disparidades Espaciais no Brasil - 1974/80;
- ii) Diferenças de Produtividade, Intensidade de Capital e Níveis Salariais para Caracterização das Disparidades Regionais;
- iii) Os Efeitos da Urbanização sobre o Custo da Mão-de-Obra e;
- iv) Região Paulista do Café e Região Pampeana Argentina.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

O escopo destas pesquisas está apresentado no Anexo IV.

3.1.2. Pesquisas já definidas para 1983

Com relação a 1983 e dentro do Convênio firmado entre IPEA e FIPE, já foi definido um projeto de pesquisa, que procurará analisar o processo de urbanização e seus efeitos sobre o desenvolvimento rural (ver Anexo V). Vale assinalar que esta pesquisa se inscreve nos temas recomendados pelo Comitê para as pesquisas no âmbito da América Latina.

3.2. Atividade 4: Pesquisas na Região

Em uma perspectiva comparativa do presente Programa com o anterior, a preocupação com uma maior "latino-americanização" é refletida principalmente na montagem de pesquisas comuns e/ou complementares com outras instituições congêneres da Região. Dada a importância destas atividades, o Comitê dedicou parte substancial das discussões para programar a sua operacionalização. As principais orientações são sumariadas a seguir.

3.2.1. Objetivo

A par dos objetivos de uma maior integração entre as instituições, uma análise comparativa entre os Países da Região, considerando os problemas urbano-regionais, dentre tantos outros, o consenso do Comitê quanto ao objetivo genérico destas atividades recaiu sobre:

- i) reenquadrar os grandes temas sobre problemas urbano-regionais latinoamericanos em uma revisão



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

crítica; mais do que encontrar explicações para novos problemas com variáveis diferentes, trata-se antes de se repensar os problemas com um novo enquadramento e

- ii) cotejar os resultados deste esforço de crítica e de síntese, com as concepções voluntaristas e mecanicistas de planejamento vigentes, para se subsidiar a formulação de políticas regionais e urbanas.

3.2.2. Instituições Congêneres da Região

Para se iniciar o processo de integração pretendido, quatro instituições foram escolhidas pelo Comitê, a saber:

- i) Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR), de Buenos Aires;
- ii) Instituto de Planificación del Desarrollo Urbano (CIDU-IPU), da Pontifícia Universidad Católica de Chile, de Santiago;
- iii) Universidad de Los Andes, de Bogotá; e,
- iv) Instituto Nacional de Desarrollo Urbano (INADUR), de Lima.

Esta definição não exclui, evidentemente, outras formas de integração com outras entidades congêneres, com as quais poderão ser mantidas outras formas de cooperação e de integração. Dentre as instituições desta categoria, situam-se:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

14

- i) Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), de Santiago;
- ii) Comisión Económica para América Latina (CEPAL), de Santiago;
- iii) Instituto Latinoamericano de Desarrollo Social (ILDIS), de Quito;
- iv) Centro Corporación Regional de Población (CCRP), de Bogotá;
- v) Centro de Estudio del Desarrollo Económico y Social (CENDES), de Caracas;
- vi) Colégio de México (COLMEX), do México; e,
- vii) Centro de Estudios de Assentamientos Humanos, no México.

Nesse sentido, as três primeiras instituições listadas — CEUR, CIDU-IPU e UNIANDES — e, eventualmente, o INADUR, representam aquelas com as quais os contatos estão adiantados para se buscar uma cooperação sob forma de pesquisas conjuntas.

3.2.3. Programação das Visitas

Para buscar uma discussão mais detalhada das possibilidades de pesquisa conjunta, o Comitê programou uma série de visitas às instituições abaixo apresentadas:

- i) UNIANDES, Bogotá:

Dra. Gloria de Ospina (BID) e Prof. Luiz Augusto de Queiroz Ablas (FIPE), durante os dias 28 a 30 de julho;



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

15

ii) CIDU-IPU, Santiago:

Dr. Luiz Ratinoff (BID) e Prof. Martin Lu (FIPE),
durante os dias 29 a 31 de julho;

iii) CEUR, Buenos Aires:

Dr. Luiz Ratinoff (BID) e Prof. Antonio Evaldo
Comune (FIPE), durante os dias 4 a 6 de agosto;

iv) INADUR, Lima:

Dr. Jean Pierre Partarrieu (BID) e Prof. Martin
Lu (FIPE), durante os dias 1º e 2 de agosto.

3.2.4. Temas de Pesquisa Selecionados

Um dos pontos básicos que mereceram uma discussão aprofundada pelo Comitê refere-se a uma listagem preliminar e tentativa de temas e de problemas regionais e urbanos da América Latina, dentro das finalidades estabelecidas para as pesquisas comuns (ver, item 3.2.1. acima). Das avaliações procedidas, o Comitê chegou ao consenso de que estes temas/problemas deveriam ser suficientemente amplos para se permitir a montagem de dois tipos de análises, não mutuamente exclusivas:

Três temas foram considerados como prioritários para esta Atividade 4:

- i) desconcentração/descentralização, com ênfase nos aspectos setoriais, espaciais e demográficos;
- ii) processo de urbanização e desenvolvimento rural e
- iii) economia da terra urbana.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

3.2.5. Modalidades de Cooperação Técnica

As modalidades de cooperação técnica, que poderiam ser estabelecidas entre a FIPE e as instituições congêneres da Região, podem ser entendidas em dois grupos principais:

i) financiamento parcial de pesquisas:

- a primeira modalidade de cooperação técnica é dada pelo suporte financeiro parcial de recursos referentes à Atividade 4; uma vez acertados o(s) tema(s), a FIPE poderá contribuir com as instituições sob várias formas complementares:

- financiamento total/parcial dos honorários de um pesquisador principal;
- financiamento total/parcial dos honorários de pesquisadores auxiliares;
- financiamento cuja destinação seja definida pelas próprias instituições, expresso em valores equivalentes à remuneração pesquisador associado;

ii) financiamento dos professores/pesquisadores destas instituições congêneres à FIPE, em outros centros da Região, ou em países membros do Banco (ver, o item 4.2., a seguir).



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

3.2.6. Formas de Contratação

Embora nem todas as dúvidas legais e institucionais vinculadas às formas de contratação tenham podido ser esclarecidas, o Comitê decidiu que as duas principais etapas iniciadas devem ser dadas por:

- i) um Convênio ou uma Carta de Intenção, acompanhado(a) por
- ii) um Memorandum, no qual sejam especificados:
 - temas de pesquisas e
 - modalidades de financiamento por parte da FIPE.

Os modelos tentativos destes dois passos estão apresentados nos Anexos VI e VII, respectivamente.

Com relação aos estudos necessários para a especificação da modalidade de contratação e formas de pagamento do financiamento, o Comitê preferiu aguardar os resultados das viagens previstas (ver item 3.2.3. acima) para iniciá-los.

3.2.7. Programação das Atividades para 1982/1983

Diante dos problemas levantados e analisados, o Comitê decidiu estabelecer uma programação parcial, a fim de poder pronunciar-se sobre as múltiplas alternativas possíveis de encaminhamento. Por esta razão, as atividades a serem desenvolvidas cobrem o período de julho de 1982 a fins de abril de 1983, que podem ser assim resumidas:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

18

- i) de meados de julho/82 a meados de agosto/83: contatos com as instituições referidas no item 3.2.2.;
- ii) de meados de agosto/82 a meados de setembro/82: avaliação dos resultados das viagens, tanto por parte da FIPE como pelos técnicos do Banco para a montagem da(s) pesquisa(s);
- iii) de meados de setembro/82 até fins de abril/83: estudo dos aspectos legais e institucionais dos contratos específicos, bem como as modalidades de desembolso que atendam às exigências tanto brasileiras como as de outros países;
- iv) de meados de setembro/82 até fins de outubro/82: solicitação de "escopos de trabalho" a cada uma das instituições, segundo os temas definidos;
- v) durante o mês de novembro/82: avaliação dos escopos, tanto de cada proposta per se, como de seu conjunto; cópias serão encaminhadas aos técnicos do Banco integrantes do Comitê, para que estes apresentem seus comentários;
- vi) de dezembro/82 até fins de março/83; envio às instituições congêneres dos eventuais comentários sobre os escopos respectivos e a elaboração de propostas específicas ou de "termos de referência", cuja entrega deverão ser feita antes do final de março;
- vii) durante o mês de abril/83: envio de todos os termos de referência a todas as instituições



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

envolvidas, para uma discussão e avaliação comum de todas, sob forma de um seminário de metodologia e avaliação a ser programado para a última semana de abril/83 (ver o item 4.1., a seguir).

viii) de maio/83 a fim de junho/83: após os ajustes teórico-metodológicos do seminário, seguidos da aprovação da 2a. reunião de Programação e Coordenação do Programa (fim abril/início de maio/83) e diante da especificação de todas as questões legais, jurídicas e processuais, contratação dos projetos para o seu início em julho de 1983.

O cronograma destas etapas é apresentado no Anexo VIII.

4. SUBPROGRAMA III

4.1. Atividade 5: Treinamento dos Professores/ Pesquisadores da FIPE

Foi estabelecido pelo Comitê que o treinamento dos professores/pesquisadores da FIPE vinculados ao Programa terá início a partir de julho de 1983. Os candidatos e suas seleções serão formalizados no primeiro semestre de 1983 e aprovados pela 2a. reunião conjunta de programação e coordenação a ser realizada em fins de abril e início de maio/1983.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

20

4.2. Atividade 6: Treinamento de Professores / Pesquisadores de Instituições Congêneres da Região

Segundo as análises procedidas pelo Comitê, como alternativas de treinamento de professores/pesquisadores congêneres da Região tem-se:

- i) junto à FIPE;
- ii) junto a outras instituições da Região e
- iii) junto a países membros do Banco.

A preferência parece cair na primeira alternativa, uma vez que a vinda de professores/pesquisadores à FIPE permitiria a estes o desempenho de um conjunto de atividades, que contribui com a maior "latino-americanização" do Programa, tais como:

- i) ditarem cursos como professores visitantes;
- ii) auxiliarem na orientação de dissertações de mestrado;
- iii) contribuir sob forma de seminários, junto ao Programa;
- iv) um maior intercâmbio sobre os resultados de pesquisas e
- v) atuarem como professores -associados do Curso de Reciclagem (ver o item 2.2., acima).

Esta preferência não exclui, evidentemente, as demais alternativas aventadas. O Comitê, contudo, preferiu guardá-las para casos específicos que venham a merecer análises e aprovações, por ocasião das próximas reuniões de programação e de coordenação.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

5. SUBPROGRAMA IV

5.1. Atividade 7: Seminários de Metodologia e Avaliação

5.1.1. Primeiro Seminário: Fim de Abril/1983

Dentro das programações definidas nesta primeira reunião de programação e coordenação e de acordo com as recomendações da pré-reunião de Washington, a primeira reunião de metodologia e avaliação será realizada em fins de abril/83, servindo para se ajustar o programa de pesquisa na Região.

O Comitê resolveu, igualmente, que serão convidados três professores/pesquisadores de cada uma das instituições responsáveis pela pesquisa conjunta e de três especialistas de outras instituições latinoamericanas, para se ampliar os debates e discussões.

A reunião está, em princípio, assim estruturada: a duração será de três dias - um para cada pesquisa. Em cada dia, pela manhã, haverá uma sessão ampla, da qual participarão todos os técnicos - das instituições, os consultores, a equipe da FIPE, os técnicos do IPEA e os alunos do Programa - para uma discussão ampla. O expositor será o consultor convidado. Logo após virá um painel dos demais técnicos presentes. Pela tarde, haverá uma sessão mais restrita, na qual o expositor passa a ser o responsável pelo projeto de pesquisa e o comentarista principal será o consultor do tema.

Acredita-se que neste arranjo seja possível, por um lado, os bolsistas do Programa e, por outro lado, oferecer uma discussão detalhada de cada projeto, na qual: seu autor e consultores terão todo o tempo para analisar e debater exaus



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

tivamente cada uma das pesquisas a serem contratadas pelo Programa.

5.1.2. Segundo Seminário Regional de Metodologia e Avaliação

A programação detalhada do segundo seminário, diante do tempo disponível, deverá ser definida em futuras reuniões conjuntas de programação e de coordenação. Contudo, as orientações gerais do Comitê nesta primeira reunião foram no sentido de:

- i) maximizar a difusão dos resultados das pesquisas do Programa, dentro dos objetivos fixados (ver, principalmente, o item 3.1. e 3.2.);
- ii) coordenar a sua realização, desde que possível, encadeada com o Curso de Reciclagem (ver o item 2.2., acima); e,
- iii) integrar os programas de intercâmbio e de treinamento com os (principalmente a Atividade 6, item 4.2., acima) de reciclagem para permitir sua eventual continuidade, por outros programas e fontes de financiamento.

5.2. Atividade 8: Difusão e Promoção dos Resultados

O Comitê preferiu aguardar as próximas reuniões de programação e coordenação para analisar a difusão e a promoção dos resultados de ensino e pesquisa do Programa.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

6. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

6.1. Plano de Contas para a Execução do Programa

Para o plano de contas a ser adotado para a execução do Programa, o Comitê aprovou — ao nível de três dígitos — aquele adotado pelo Orçamento constante do Convênio ATN/SF-2056-RE. A formalização deste plano de contas deverá ser procedida, por meio de uma solicitação formal da FIPE, através do seu Diretor-Presidente, a ser encaminhada ao Banco.

6.2. Fundo Rotativo em Moeda Nacional

Com base em um estudo detalhado dos problemas de erosão cambial a partir da execução do Convênio anterior, o Comitê optou pela adoção de uma nova sistemática para a criação de um fundo rotativo em moeda nacional. As principais características são:

- i) valor do fundo: segundo uma análise preliminar, o valor deste fundo rotativo em moeda nacional seria, no máximo, equivalente a US\$ 30,000.00 (trinta mil dólares norte-americanos). Sem considerar os eventuais "picos" de dispêndios, vale notar que — para uma execução em 36 meses do Programa — este valor corresponde ao aporte total do Banco;
- ii) intervalo de desembolso: para se minimizar a erosão cambial, o intervalo de desembolso passa a ser bimensal; neste caso, o primeiro mês de desembolso seria financiado pela FIPE que, ao cabo dos primeiros trinta (30) dias, solicitaria um



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

desembolso inicial; assim, por ocasião do desembolso do Banco, este cobriria as despesas já realizadas, bem como financiaria aquelas do mês subsequente, ficando estabelecido assim, um esquema mais eqüânime de desembolso.

6.3. Fundo Rotativo em Dólares

De modo similar ao fundo rotativo anterior, fixado em moeda nacional, o Comitê decidiu pela necessidade de se criar igualmente um fundo rotativo em dólares americanos. A justificativa desta criação deve-se às inúmeras exigências operacionais para a execução do presente Programa, entre as quais destacam-se:

- i) pagamento dos honorários de consultores em moeda estrangeira;
- ii) pagamento da parte dos honorários de professores /visitantes e/ou de pesquisadores associados, em um limite máximo de 70%, em moeda estrangeira, de acordo com as normas operacionais do Banco;
- iii) pagamento de bilhetes de transporte de companhias estrangeiras, sem afetar a questão do balanço de pagamentos do Brasil, de acordo, ainda, com as normas operacionais do Banco; e,
- iv) pagamento das diárias de professores/pesquisadores da FIPE em missão pela Região.

Em função dessas considerações e pelas estimativas procedidas, o Comitê resolveu fixar o fundo rotativo em dóla-



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

res a um limite de US\$ 15,000.00 (quinze mil dólares norte-americanos). A FIPE, através do ofício de 7 de junho de 1982, já deu início à solicitação junto ao Banco Central do Brasil, para a abertura desta conta no exterior.

6.4. Sistemática de Pagamento de Diárias de Professores/ Pesquisadores da FIPE na Região

Diante da necessidade de se compatibilizar as normas internas da FIPE àquelas adotadas pelo Banco, optou-se por uma padronização dos dispêndios em diárias de professores/pesquisadores da FIPE, na execução do presente Programa. As orientações foram no sentido de:

- i) o valor das diárias corresponder ao da Tabela adotada pelo Banco, que é reajustada periodicamente;
- ii) a forma de prestação de contas passar a ser aquela adotada pelo Banco, para se facilitar o esquema contábil na execução do Programa.

6.5. Realização da Próxima Reunião Conjunta de Programação e Coordenação

Em função da programação das atividades adotadas nesta primeira reunião conjunta, e tendo em vista os argumentos apresentados pelos itens 3.2.7., 4.2. e 5.1., o Comitê decidiu que a realização da segunda reunião conjunta de programação e coordenação será em fins de abril e início de maio/ 83, na sede da FIPE, em São Paulo.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO 1

MATERIAL DE PROMOÇÃO DO CURSO DE MESTRADO



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa FIPE-BID - Economia Urbana
Cidade Universitária Tel. 211-0411 (ramal 287)
Caixa Postal 11.474 - Agência Pinheiros
CEP 01000 - São Paulo - Brasil

PROGRAMA ESPECIAL DE MESTRADO EM ECONOMIA, COM ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA



MESTRADO EM ECONOMIA

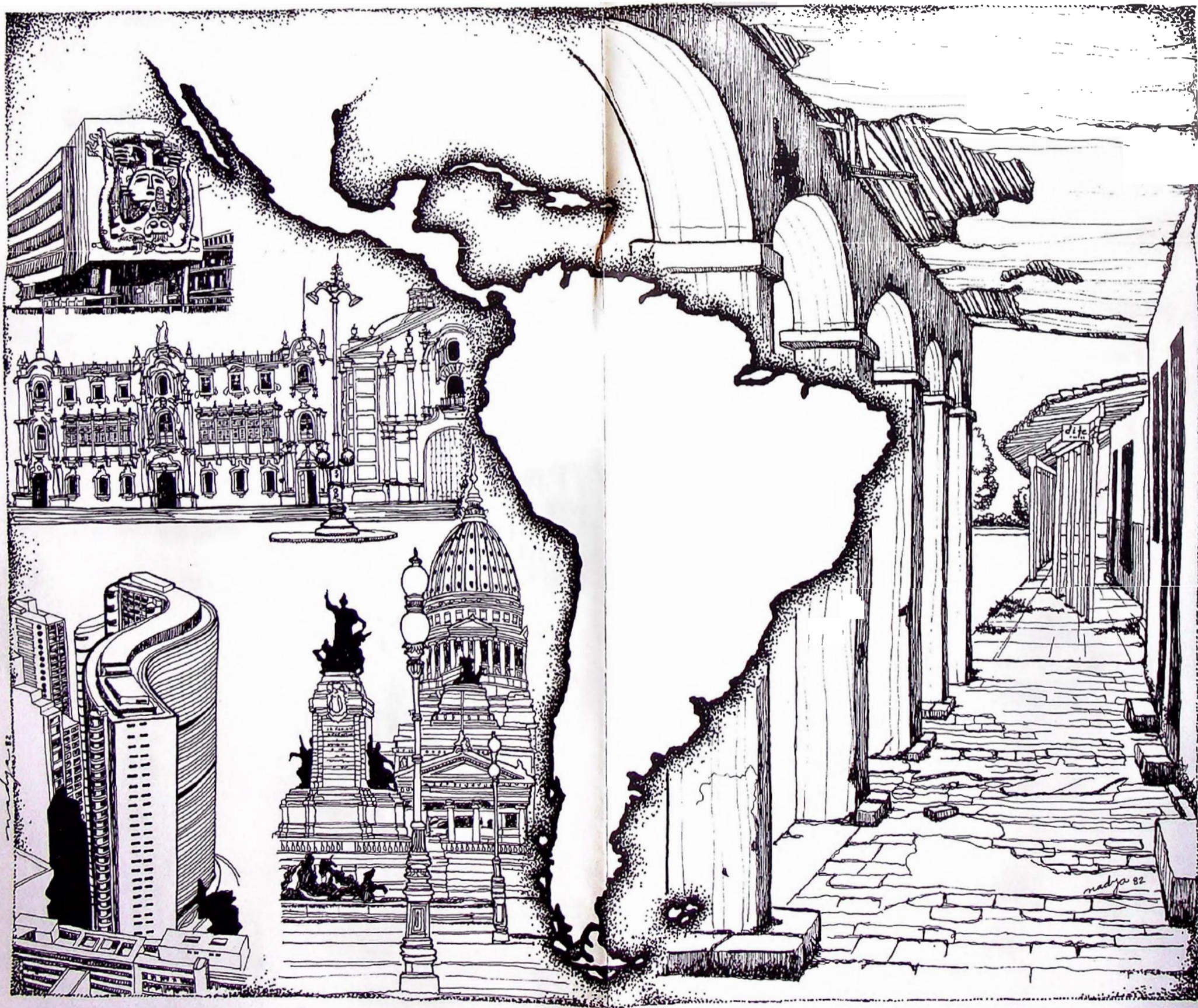
ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA

São Paulo - Brasil

INÍCIO: Fevereiro 1983

PRAZO DAS INSCRIÇÕES:
até 31 / Outubro / 1982

INFORMAÇÕES: coordenação do programa
BID-FIPE - Economia Urbana
Fundação Instituto de Pesquisas
Econômicas (FIPE), cx. postal 11474,
Ag. Pinheiros, tel.: 211-0411 (ramal 287)
São Paulo, Brasil, ou
nas Representações do **BID**
nos Países Latinoamericanos



INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS
FAC. DE ECONOMIA E
ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE
PESQUISAS ECONÔMICAS

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

CURSO DE MESTRADO COM ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA
SÃO PAULO - BRASIL
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Instruções:

Responder (preenchendo a máquina ou com letra de forma) todas as questões deste formulário e providenciar seu retorno à FIPE, até 31/10/82, assim como o envio, em separado, de três (3) cartas de apresentação de pessoas que o conheçam (professores, superiores imediatos, etc.).

Junte uma foto recente ao formulário.

1. NOME COMPLETO _____	
IDADE _____ ANOS	NACIONALIDADE _____
ESTADO CIVIL _____	Nº DE FILHOS _____
2. ENDEREÇO (PARA CORRESPONDÊNCIA) _____	
PAÍS _____	TELEFONE _____
3. FORMAÇÃO ACADÊMICA:	
3.1. Formação Universitária (a nível de graduação, por exemplo, economia, arquitetura, etc.) _____	
Escola: _____	
Local (cidade/país): _____	Início 19 ____
	Final 19 ____
3.2. Outros Cursos (Especificar o nível, estabelecimento, local e data)	

4. CONHECIMENTO DE LÍNGUAS:

	LE		FALA	
	FLUENTE	NÃO FLUENTE	FLUENTE	NÃO FLUENTE
Português				
Inglês				
Francês				

5. ATIVIDADE PROFISSIONAL:

5.1. Atividade Atual:

Cargo ou função: _____

Instituição: _____

Local: _____

Há quanto tempo? _____ anos

Descrever as funções que desempenha

5.2. Atividades Anteriores

Relacionar as principais experiências profissionais anteriores
(não vinculadas às questões urbano-regionais)

5.3. Atividades anteriores vinculadas às questões urbano-regionais

6. QUE OBJETIVOS O LEVAM A DESEJAR PARTICIPAR-DO CURSO? (Escolher duas alternativas, no máximo)

- Ampliação-extensão da formação universitária
- Especialização (em economia urbana e regional)
- Aprendizado de técnicas de análise urbano-regional
- Outros (especificar)

Dê mais detalhes: _____

7. QUE TIPO DE FORMAÇÃO ESPERA QUE O CURSO LHE OFEREÇA?

- Uma formação voltada para: Teoria
 Prática
 Não tem preferência definida

Dê mais detalhes: _____

8. QUAIS SÃO SEUS PLANOS PARA APÓS O CURSO?

9. COM QUE RECURSOS FINANCEIROS PODERÁ CONTAR PARA SUA MANUTENÇÃO NO BRASIL?
 US\$ _____/mês

Provenientes de: Manutenção de salários: US\$ _____/mês
 Recursos Próprios: US\$ _____/mês
 Outros (especificar): US\$ _____/mês

10. NOME DE TRÊS PESSOAS QUE ENVIARÃO CARTAS DE REFERÊNCIAS:

a) Nome: _____
 Cargo: _____
 Instituição: _____

b) Nome: _____
 Cargo: _____
 Instituição: _____

c) Nome: _____
 Cargo: _____
 Instituição: _____

11. DESCREVA O MEIO PELO QUAL TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO:

12. CERTIFICO QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS, RESPONSABILIZAN-
 DO-ME POR SUA EXATIDÃO.

_____, _____ de _____ de 198 _____

Assinatura: _____

ENDEREÇO DA FIPE

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
 PROGRAMA FIPE BID - ECONOMIA URBANA
 CAIXA POSTAL 11.474 - AGÊNCIA PINHEIROS
 01000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

NOTA: Pede-se ao signatário deste formulário que responda da forma mais completa possível os itens abaixo. Favor remetê-lo, depois, diretamente à FIPE. As informações sobre o candidato à bolsa serão utilizadas pela FIPE para um melhor julgamento.
Use folhas adicionais, se os espaços não forem suficientes.

À
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
PROGRAMA BID/FIPE - ECONOMIA URBANA
Caixa Postal 11.474 - Agência Pinheiros
01000 - São Paulo - SP - BRASIL

1. NOME DO CANDIDATO _____

2. HÁ QUANTO TEMPO CONHECE O CANDIDATO? _____

3. EM QUE CARÁTER O CONHECEU? _____

aluno

subordinado de trabalho

colega de atividade

parentesco

outro-especificar

4. FAVOR DAR SUA OPINIÃO SOBRE O CANDIDATO PARTICULARMENTE QUANTO A:

a) Seus antecedentes acadêmicos, profissionais e/ou técnicos

b) Possível aproveitamento após a realização do curso

Continua no verso

5.3. Atividades anteriores vinculadas às questões urbano-regionais.

6. QUE OBJETIVOS O LEVAM A DESEJAR PARTICIPAR-DO CURSO? (Escolher duas alternativas, no máximo)

- Ampliação-extensão da formação universitária
- Especialização (em economia urbana e regional)
- Aprendizado de técnicas de análise urbano-regional
- Outros (especificar)

Dê mais detalhes:

7. QUE TIPO DE FORMAÇÃO ESPERA QUE O CURSO LHE OFEREÇA?

- Uma formação voltada para:
- Teoria
 - Prática
 - Não tem preferência definida

Dê mais detalhes:

8. QUAIS SÃO SEUS PLANOS PARA APÓS O CURSO?

c) Possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos

d) Outros aspectos que julgar importante

5. CONSIDERANDO AS INFORMAÇÕES DADAS NO ITEM ANTERIOR, FAVOR CLASSIFICAR O CANDIDATO ENTRE AS PESSOAS DE SEU RELACIONAMENTO (ALUNOS, COMPANHEIROS DE TRABALHO, SUBORDINADOS, ETC.)

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Entre o 1% melhor | <input type="checkbox"/> | Entre os 25% melhores | <input type="checkbox"/> |
| Entre os 5% melhores | <input type="checkbox"/> | Entre os 50% melhores | <input type="checkbox"/> |
| Entre os 10% melhores | <input type="checkbox"/> | Entre os 50% inferiores | <input type="checkbox"/> |

6. NOME DO INFORMANTE: _____

INSTITUIÇÃO: _____

CARGO QUE OCUPA: _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

RUA _____ Nº _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ PAÍS: _____

TELEFONE: _____

Data

Assinatura



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO VIII

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA NA REGIÃO



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

II. RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REGIÃO

ARGENTINA

1. Academia de Ciências Económicas
2. Banco Santafesino de Inversión y Desarrollo
3. COFIRENE-Banco de Inversión S/A
4. Banco Unido de Inversión
5. Centro de Estudios Economicos Sociales
6. Colégio de Graduados en Ciencias Económicas
7. Centro de Investigaciones Económicas-Instituto Torcuato di Tella
8. Colégio Nacional de Buenos Aires
9. Departamento de Ciências Económicas
10. Escuela de Ingeniería Aeronautica
11. Facultad de Ciencias Económicas (Mar del Plata)
12. Facultad de Ciencias Económicas (San Miguel de Tucumán)
13. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas
14. Facultad de Estudios para el Desarrollo
15. Federación Argentina de Colegios de Graduados en Ciencias Económicas
16. Fundación de Investigaciones Económicas - FIEL
17. Instituto Americano de Investigaciones Económicas, Jurídicas y Sociales
18. Instituto de Cultura Popular
19. Instituto de Desarrollo Económico y Social
20. Instituto de Planeamiento Regional y Urbano
21. Instituto Tecnológico de Buenos Aires - Ciencias Básicas y Tecnológicas



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

22. Ministerio de Bienestar Social - Secretaria de Estado de Desarrollo Urbano Y Vivienda
23. Secretaria de Estado de Planeamiento
24. Instituto de Planeamiento - Facultad de Arquitectura - Universidad de Belgrano
25. Secretaria de Planeamiento y Coordinación
26. Universidad Argentina de Ciencias Sociales
27. Universidad Argentina de La Empresa
28. Universidad de Buenos Aires-Facultad de Ciencias Económicas
29. Universidad Católica Argentina
30. Universidad Católica Argentina "Santa Maria de Los Buenos Aires"
31. Universidad Católica de Córdoba.
32. Universidad Católica de Cuyo
33. Universidad Católica de Mar del Plata "Stella Maris"
34. Universidad Católica de La Plata
35. Universidad Católica de Salta
36. Universidad Católica de Santa Fé
37. Universidad Católica de Santiago de Estero
38. Universidad de Ciencias Económicas (La Plata)
39. Universidad de Concepción del Uruguay "La Fraternidad"
40. Universidad de Morón
41. Universidad del Museo Social
42. Universidad Nacional del Comahue
43. Universidad Nacional de Córdoba-Facultad de Arquitectura y Urbanismo
44. Universidad Nacional de Córdoba-Facultad de Ciencias Económicas



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

45. Universidad Nacional de Cuyo
46. Universidad Nacional de Entre Rios
47. Universidad Nacional de La Plata-Facultad de Economía
48. Universidad Nacional de La Plata-Facultad de Arquitectura y Urbanismo
49. Universidad de La Patagonia
50. Universidad Nacional del Litoral
51. Universidad Nacional de Lomas de Zamora
52. Universidad Nacional del Nordeste-Facultad de Economía
53. Universidad Nacional del Nordeste-Faculta de Arquitectura y Urbanismo
54. Universidad Nacional de Rio Cuarto
55. Universidad Nacional de Rosario
56. Universidad Nacional de Salta
57. Universidad Nacional del Sur "Dr. Miguel Lopez Frances"
58. Universidad Nacional de Tucumán
59. Universidad Privada de Aconcagua
60. Universidad Provincial "Domingo F. Sarmiento" de San Juan
61. Universidad Provincial de Mar del Plata
62. Universidad del Salvador
63. Universidad de Tandil "Dr. Osvaldo M. Sarini"
64. Universidad Tecnológica Nacional
65. Instituto Superior de Ciencias Económicas de Jujuy
66. Universidad "Juan Agustín Maza"
67. Universidad de Mendoza
68. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires
69. Universidad Argentina "John F. Kennedy"



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

BOLÍVIA

1. Corporación de Desarrollo de Beni Cordepeni
2. Corporación de Desarrollo de La Paz-CORDEPAZ
3. Corporación de Desarrollo de Pando - CORDENO
4. Corporación de Desarrollo Cordepo de Potosí
5. Corporación de Desarrollo de Santa Cruz - CORDECruz
6. Corporación de Desarrollo de Tarija - CORDETAR
7. Corporación de Desarrollo de Chuquisaca - CORDECH
8. Corporación de Desarrollo de Cochabamba - CORDECO
9. Corporación de Desarrollo de Oruro - CORDEOR
10. Embajada del Brasil
11. Instituto Nacional de Preinversión
12. Instituto Superior de Administración Pública-ISAP
13. Ministério de Educação y Cultura
14. Universidad Católica Boliviana
15. Ministério de Finanzas
16. Ministério de Planeamiento y Coordinación
17. Ministério de Urbanismo y Vivienda
18. Unîversidad Boliviana
19. Unîversidad Boliviana Gral. "José Ballivian"
20. Unîversidad Boliviana "Juan Misael Saracho"
21. Universidad Boliviana Mayor de "San Andrés"
22. Universidad Boliviana Mayor Pontificia de San Francisco Xavier
23. Unîversidad Boliviana Mayor de "San Simon"
24. Universidad Boliviana "Tomás Frias"
25. Universidad Gabriel René Moreno
26. Universidad Técnica de Oruro
27. Universidad Autônoma "Juan Misael Savacho"



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

CHILE

1. Banco de Fomento de Bio-Bio
2. Banco de Fomento de Valparaíso
3. Banco Hipotecario de Fomento de Chile
4. Banco Unido de Fomento
5. Corporación de Fomento de la Producción
6. Embajada del Brasil
7. Diretor de Pos-Grado em Administração Pública- Guilherme Ríos Vejar
8. Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social
9. Instituto Agrario de Estudios Económicos (INTAGRO)
10. Instituto de Fomento Pesquero
11. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas
12. Facultad de Ciencias Económicas
13. ODEPLAN-Oficina de Planificación Nacional
14. Paolo Trivelli Oyarzum - CIDU-IPU-Instituto de Planificación del Desarrollo Urbano
15. Facultad de Economía y Ciencias Administrativas-Universidad Católica de Chile
16. Universidad Católica de Valparaíso
17. Universidad de Concepción-Escuela de Economía y Administración
18. Universidad del Norte
19. Universidad de Santiago
20. CONICYT-Comisión Nacional de Investigaciones Científica y Tecnológica
21. Universidad Técnica del Estado
22. Universidad Técnica "Frederico Santa Maria"
23. Municipalidad de Santiago



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

COSTA RICA

1. Embajada del Brasil
2. Universidad de Costa Rica
3. Banco Central de Costa Rica
4. Oficina Nacional de Planificación y Política
5. Corporación Costarricense de Desarrollo
6. Universidad de Costa Rica-Centro de Estudios Sociales y de Población
7. Universidad de Costa Rica-Escuela de Administración Pública
8. Universidad de Costa Rica-Escuela de Economía
9. Universidad de Costa Rica-Facultad de Ciencias Económicas
10. Instituto Centroamericano de Administración Pública

COLÔMBIA

1. Banco de La República
2. Caja de Crédito Agrário Industrial y Minero
3. Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico (CEDE)
4. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo
5. Centro Nacional de Estudios de La Construcción
6. Corporación Andina de Fomento
7. Corporación Estatal de Desarrollo Industrial
8. Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario
9. División de Desarrollo Urbano y Turismo del Ministerio de Desarrollo Económico
10. Escuela Superior de Administración Pública
11. FONADE-Fondo Nacional de Proyectos de Desarrollo
12. Fundación Universidad de Bogotá "Jorge Tadeo Lozano"
13. Fundación Universidad Central



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

14. ICETEX - Instituto Colombiano de Crédito Educativo
15. INCOMEX - Instituto Colombiano de Comércio Exterior
16. Instituto Colombiano para el Fomento de La Educación Superior - ICFES
17. Instituto de Desarrollo Urbano de Bogotá
18. Instituto de Estudios Colombianos
19. Ministerio de Hacienda y Crédito Público
20. Pontificia Universidad Javeriano
21. Sociedad Colombiana de Economistas
22. Universidad de Los Andes
23. Universidad de Antioquia
24. Universidad del Atlántico
25. Universidad Autónoma del Caribe
26. Universidad Autónoma Latinoamericana
27. Universidad Católica
28. Universidad de Caldas
29. Universidad de Cauca
30. Universidad de Cartagena
31. Universidad de Córdoba
32. Universidad Externato de Colombia
33. Universidad Francisco de Paula Santander
34. Universidad de Gran Colombia
35. Universidad Incca de Colombia
36. Universidad Industrial de Santander
37. Universidad Libre de Bogotá
38. Universidad de Medellín
39. Universidad Nacional de Colombia - CENAL
40. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia
41. Universidade Pedagógica Nacional



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

42. Universidad Pontificia Boliviana
43. Universidad de Santo Tomás de Aquino
44. Universidad Social Católica de la Salle
45. Universidad del Tolima
46. Universidad del Valle

EL SALVADOR

1. Banco de Fomento Agropecuario
2. Ministerio de Planificación de El Salvador
3. Universidad de El Salvador
4. Universidad "Francisco Gavidia"
5. Universidad Salvadoreña "Alberto Mosferrer"
6. Universidad Evangélica de El Salvador
7. Ministerio de Planificación de El Salvador
8. Universidad "Leonardo da Vinci"
9. Universidad Politécnica de El Salvador
10. Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas"
11. Universidad "Albert Einstein"
12. Universidad Tecnológica
13. Universidad Técnica Latinoamericana (UTLA)
14. Financiera de Desarrollo y Inversión
15. Universidad "José Matías Delgado"

EQUADOR

1. Universidad Católica de Santiago de Guayaquil
2. Universidad Central del Ecuador
3. Universidad de Cuenca
4. Universidad de Guayaquil



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

5. Universidad Técnica Luiz Vargas Torres de Esmeralda
6. Centro de Estudos Brasileiros
7. CENDES - Centro Equatoriano de Desarrollo
8. Companhia Financiera Equatoriana de Desarrollo S/A
9. ILDIS-Instituto Latinoamericano de Investigaciones
10. Pontificia Universidad Católica del Ecuador
11. Universidad Católica de Cuenca
12. Universidad Técnica Particular de Loja-Fac. de Economía
13. Universidad Técnica Particular de Loja-Inst. de Investiga-
ciones Económicas

GUATEMALA

1. Embajada del Brasil
2. Financiera Industrial y Agropecuária
3. Universidad Francisco Marroquin
4. Universidad Mariano Gálvez de Guatemala
5. Universidad Rafael Landívar
6. Universidad de San Carlos de Guatemala
7. Universidad del Valle de Guatemala

HAITI

1. Université de L'Etat d'Haiti
2. Institut de Development Agricole et Industrial
3. Faculté de Droit et des Sciences Economiques
4. Institut National d'Administration de Gestion et des Hau-
tes Études Internationales
5. Conseil National des Recherches
6. Institut d'Investigations en Sciences Sociales



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

HONDURAS

1. Banco Central de Honduras
2. Consejo Superior de Planificación Económica
3. Corporación Nacional de Inversiones
4. Ministério de Hacienda y Crédito Público
5. Embajada del Brasil
6. Banco Financiero Hondureña S/A
7. Banco Nacional de Fomento
8. Banco Municipal Autonomo
9. Universidad Nacional Autonomo de Honduras

JAMAICA

1. Institut of Social and Economic Research-University of the West Indies
2. National Planning Agency
3. Jamaica Development Bank

MÉXICO

1. Colégio de México - Centro de Estudios Económicos y Demográficos
2. Embajada del Brasil
3. Escuela de Ingenieros
4. Escuela Nacional de Agricultura
5. Escuela de Salud Pública
6. Escuela Superior de Economía
7. Instituto de Investigaciones Económicas
8. Instituto Tecnológico Autónomo de México
9. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monter
rey



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

10. Instituto Tecnológico de Gonoro Rodolfo Elias
11. Instituto Tecnológico Regional de Celaya
12. Instituto Tecnológico de Sonora
13. Nacional Financiera S/A
14. Universidad Anáhuac
15. Universidad Autónoma de Chiapas
16. Universidad Autónoma de Chihuahua
17. Universidad Autónoma de Ciudad Juarez
18. Universidad Autónoma del Estado de Baja California
19. Universidad Autónoma del Estado de México
20. Universidad Autónoma de Guadalajara
21. Universidad Autónoma de Guerrero
22. Universidad Autónoma de Hidalgo
23. Universidad Autónoma Juárez de Tabasco
24. Universidad Autónoma Metropolitana
25. Universidad Autónoma de Nuevo León
26. Universidad Autónoma de Puebla
27. Universidad Autónoma de Queretaro
28. Universidad Autónoma de San Luis Potosí
29. Universidad Autónoma de Sinaloa
30. Universidad Autónoma de Tlaxcala
31. Universidad Autónoma de Zacatecas
32. Universidad de Colima
33. Universidad de Coahuila
34. Universidad Femenina de México
35. Universidad de Guadalajara
36. Universidad de Guanajuato
37. Universidad Iberoamericana
38. Universidad Interamericana



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

39. Universidad Jaime Balmes de Occidente
40. Universidad Juarez del Estado de Durango
41. Universidad Michoacana de San Nicholas de Hidalgo
42. Universidad de Monterrey
43. Universidad de Morelos
44. Universidad Motolinia de México
45. Universidad Nacional Autónoma de México-Esc. de Economía
46. Universidad Nacional Autónoma de México-Inst. de Invest.
Económicas
47. Universidad de Nayrit - Instituto de Comercio e Adminis-
tración
48. Universidad Regiomontana
49. Universidad La Salle de México
50. Universidad de Sonora
51. Universidad del Sudeste - Escola de Comércio
52. Universidad de Yucután
53. Universidad del Valle de México-Esc. de Administración
54. Universidad Veracruzana
55. University of the Americas

NICARAGUA

1. Financiera de La Vivienda
2. Consejo Nacional de la Educación Superior (CNES) para Edu-
cación Superior
3. Embajada del Brasil
4. Corporación Nicaraguense de Inversión
5. Ministério de Vivienda y Asentamientos Humanos
6. Banco Nacional de Nicaragua
7. Ministério de Planificación (MIPLAN)
8. Instituto de Investigaciones del Desarrollo



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

9. Instituto Politécnico de Nicaragua
10. Universidad Centroamericana
11. Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

PARAGUAY

1. Banco Nacional de Fomento
2. Centro de Estudos Brasileiros
3. Cia. Paraguaya de Desarrollo S/A
4. Crédito Agrícola de Habitación
5. Centro Paraguayo de Estudios de Desarrollo Economico y Social - CEDAPES
6. Instituto Superior de Contabilidad y Administración
7. Ministério de Hacienda
8. Ministério de Relaciones Exteriores
9. Secretaria Técnica de Planificación
10. Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción"
11. Universidad Nacional de Asunción

PERU

1. Banco Agrário del Peru INCA Garcilaso de La Vega
2. Banco Central de Reserva
3. Banco de la Industria de la Construcción
4. Banco Industrial del Peru
5. Banco de la Nación
6. Banco Peruano de los Constructores
7. Camara Peruana de la Construcción
8. Centro de Estudos Brasileiros
9. Centro de Investigaciones Sociales, Económicas, Políticas y Antropológicas (CISEPA)
10. Financiera y Promotora de la Industria y de la Construcción S/A



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

11. Fundación FORD
12. Instituto de Eficiências Econômicas S/A
13. Instituto de Estudios Peruanos
14. Instituto de Geología Minería y Metalurgia
15. Instituto Nacional de Planificación
16. Instituto Peruano de Estudios Económicos y Sociales
17. Instituto Superior de Administración y Tecnología
18. Miembro de Federación Interamericana de la Industria de la Construcción
19. Ministério de Economía y Finanzas
20. Ministério de Energia y Minas - OSPEM
21. Pontificia Universidad Católica del Peru
22. Universidad Católica Giseda del Peru
23. Universidad Católica de Santa Maria
24. Universidad Inca Garcilado de La Vega
25. Universidad de Lima
26. Universidad Nacional Agraria
27. Universidad Nacional Agraria de la Selva
28. Universidad Nacional de La Amazonia Peruana
29. Universidad Nacional del Centro del Peru
30. Universidad Nacional "Daniel Alcides Carrión"
31. Universidad Nacional de Educación "Enrique Guzman y Valle"
32. Universidad Nacional "Federico Villareal"
33. Universidad Nacional de Huánuco "Hermilio Valdizán"
34. Universidad Nacional de Ingeniería
35. Universidad Nacional "José Faustino Sanchez Carrión"
36. Universidad Nacional Mayor de San Marcos
37. Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo
38. Universidad Nacional de San Agustín
39. Universidad Nacional de San Antonio Abad



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

40. Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga
41. Universidad Nacional "San Luis Gonzaga"
42. Universidad Nacional Técnica del Altiplano
43. Universidad Nacional Técnica del Callao
44. Universidad Nacional Técnica de Cajamarca
45. Universidad Nacional de Trujillo
46. Universidad del Pacífico
47. Universidad Particular Ricardo Palma
48. Universidad Particular "San Martín de Porres"
49. Universidad Particular "Victor Andres Belaunde"
50. Universidad de Piura
51. Ministério de Vivienda y Construcción

PORTO RICO

1. Banco Gubernamental de Fomento para Puerto Rico
2. Interamerican University of Puerto Rico
3. Facultad de Administración de Negócijs
4. Universidad Católica de Puerto Rico
5. Universidad de Puerto Rico

PANAMÁ

1. Universidad Santa María La Antigua
2. Ministério de Vivienda
3. Banco Suramericano de Desarrollo
4. Instituto para la Formación y Aprovechamiento de Recursos Humanos - IFARHU
5. Corporación Financiera Nacional
6. Universidad de Panamá
7. Ministério de Planificación y Política Económica



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

8. Centro de Investigaciones Sociales
9. Dirección General para el Desarrollo de La Comunidad - DIGEDECOS

REPÚBLICA DOMINICANA

1. Banco Hipotecário S/A
2. Banco Nacional de la Vivienda
3. Banco Central de la Republica Dominicana
4. Banco de Reservas de la República Dominicana
5. Corporación Financiera Asociada S/A
6. Universidad Mundial Dominicana
7. Embajada del Brasil
8. Universidad Interamericana
9. Instituto de Estudios Superiores
10. Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC)
11. Universidad Autónoma de Santo Domingo
12. Universidad Dominicana
13. Universidad Católica Madre Maestra
14. Universidad Central del Este
15. Universidad Nacional "Pedro Henríquez Ureña"

URUGUAY

1. Embaixada del Brasil
2. Universidade de la República
3. Instituto de Cultura Uruguaio Brasileiro

VENEZUELA

1. C.A. Venezuela de Desarrollo
2. Embajada del Brasil



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

3. Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES)
4. Centro de Estudios Graduados
5. Centro de Investigaciones Urbanos y Regionales
6. Corporación de Desarrollo de la Pequeña y Mediana Indus-
tria
7. Dirección de Planeamiento Urbano del Ministério de Obras
Públicas
8. Escuela de Economía
9. Facultad de Administración
10. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales-Universidad Ca-
tólica Andrés Bello
11. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad
de Carabobo
12. Facultad de Economía - Universidad de Los Andes
13. Facultad de Economía - Universidad de Santa Maria
14. Instituto de Altos Estudios de America Latina - Universi-
dad Simon Bolívar
15. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
16. Instituto de Estudios Regionales y Urbanos
17. Instituto de Investigaciones Económicas
18. Instituto Venezolano de Análisis Económico y Social
19. Universidad del Zulia
20. Universidad Católica Andres Bello
21. Universidad Central de Venezuela
22. Universidad Metropolitana
23. Universidad de Oriente



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO III

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

III. RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

BAHIA

1. Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A
2. Escola de Administração
3. Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA
4. Faculdade de Ciências Econômicas
5. Faculdade de Ciências Econômicas
6. Faculdade de Ciências Econômicas
7. Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna
8. Universidade Católica de Salvador
9. Universidade Federal da Bahia
10. CEDAP-Centro de Desenvolvimento da Administração Pública

ACRE

1. Prefeitura de Rio Branco
2. Faculdade de Economia do Acre

ALAGOAS

1. Banco do Estado de Alagoas S/A
2. Faculdade de Economia e Administração
3. Universidade Federal de Alagoas

AMAZONAS

1. Banco do Estado do Amazonas S/A
2. Prefeitura de Manaus
3. Universidade do Amazonas

BRASÍLIA

1. Banco Central do Brasil



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

2. Embaixada do Brasil
3. Faculdade Católica de Ciências Humanas
4. Faculdade de Ciências Econômicas Cont. Adm. do Dist.Federal
5. Ministério da Fazenda
6. Ministério da Indústria e Comércio
7. Universidade Nacional de Brasília
8. Universidade de Brasília

CEARÁ

1. Banco de Desenvolvimento do Ceará
2. Banco do Nordeste do Brasil S/A
3. CAEN
4. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas-Universidade Federal do Ceará
5. Faculdade de Ciências Econômicas do Crato
6. Prefeitura de Fortaleza
7. Universidade Federal do Ceará
8. Universidade de Fortaleza

ESPÍRITO SANTO

1. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES
2. Prefeitura Municipal de Vitória
3. Universidade Federal do Espírito Santo

GOIÁS

1. Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás
2. Banco do Estado de Goiás S/A
3. Faculdade de Ciências Econômicas
4. Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
5. Universidade Católica de Goiás-Faculdade de Economia
6. Universidade Católica de Goiás-Depto. de Economia e Política



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

MARANHÃO

1. Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A
2. Escola de Administração Paulista do Estado do Maranhão
3. Faculdade de Ciências Econômicas
4. Universidade do Maranhão - Faculdade de Economia

MATO GROSSO

1. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
2. Universidade Federal de Mato Grosso

MINAS GERAIS

1. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BEDEMG
2. CEDEPLAR
3. Faculdade de Ciências Econômicas
4. Faculdade de Ciências Econômicas (Uberlândia)
5. Faculdade de Ciências Econômicas e Adm. Contábeis
6. Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Machado Sobrinho
7. Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis
8. Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas
9. Faculdade de Ciências Econômicas Triângulo Mineiro
10. Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte
11. Federal de Escolas Superiores
12. Secretaria de Planejamento de Minas Gerais
13. Universidade Católica de Minas Gerais
14. Universidade Federal de Juiz de Fora
15. Universidade de Itaúna
16. Universidade Federal de Minas Gerais



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

17. Universidade Federal de Ouro Preto
18. Universidade Federal de Viçosa
19. Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM
20. Universidade de Uberlândia
21. Universidade Federal de Uberlândia

PARÁ

1. Banco da Amazônia S/A - BASA
2. CODEM - Cia. de Desenvolvimento e Adm. Área Metropolitana de Belém
3. Faculdade de Economia, Contabilidade e Atuária
4. IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
5. NAEA-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
6. Prefeitura Municipal de Belém
7. SEPLAN-Sec. Est. de Planejamento e Coord.
8. SUDAM-Sup. do Desenvolvimento da Amazônia
9. Universidade Federal do Pará

PARAÍBA

1. Banco do Estado da Paraíba S/A
2. Faculdade de Ciências de Adm. de Campina Grande
3. Prefeitura de João Pessoa
4. Universidade Federal da Paraíba
5. Universidade Regional do Nordeste

PARANÁ

1. Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP
2. Coord. do Programa Bancos e Financiamento do Desenvolvimento Econômico e Social



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

3. IAPAR - Fundação Instituto Agrônômico do Paraná
4. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômi-
co e Social
5. Faculdade de Ciências Econômicas
6. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Pon-
ta Grossa
7. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
8. Faculdade de Est. C. Econ. de Maringá
9. Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná
10. Prefeitura de Curitiba
11. Sistema Estadual de Planejamento-Coordenação da Região Me-
tropolitana de Curitiba - COMEC
12. Universidade Católica do Paraná
13. Universidade Estadual de Londrina
14. Universidade Estadual de Maringá-Centro de Estudos Sócio-
Econômicos
15. Universidade Estadual de Maringá-Faculdade de Ciências
Econômicas
16. Universidade Estadual de Ponta Grossa
17. Universidade Federal do Paraná

PERNAMBUCO

1. Banco do Estado de Pernambuco S/A
2. CONDEPE-Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco-Divisão
de Desenvolvimento Urbano
3. Escola de Administração
4. Faculdade de Ciências Econômicas
5. Instituto Joaquim Nabuco-Min. Educação e Cultura de Recife
6. PIMES-Universidade Federal de Pernambuco



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

7. Prefeitura de Recife
8. Universidade Católica de Pernambuco
9. Universidade Federal de Pernambuco

PIAUÍ

1. Banco do Estado do Piauí S/A
2. Universidade Federal do Piauí

RIO GRANDE DO NORTE

1. Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
2. Faculdade de Ciências Econômicas Atuariais de Natal
3. Prefeitura de Natal
4. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
5. Universidade Regional do Rio Grande do Norte

RIO GRANDE DO SUL

1. Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul -
Serviço de Recursos Humanos
2. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
3. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas-Universidade Federa
l do Rio Grande do Sul
4. IEPE-Faculdade de Ciências Econômicas
5. Faculdade de Ciências Cont. e Adm. de Santo Angelo
6. Faculdade de Ciências Cont. de Santa Cruz do Sul
7. Faculdade de Ciências Econômicas (Alegrete)
8. Faculdade de Ciências Econômicas (Pelotas)
9. Faculdade de Ciências Econômicas (Porto Alegre)
10. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
11. Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

12. Faculdade de Ciências Econômicas e Cont. de Santana do Livramento
13. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
14. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cachoeiro do Sul
15. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cruz Alta
16. Fundação Universidade do Rio Grande-Fac. de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande
17. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas
18. Prefeitura do Rio Grande do Sul
19. Universidade Católica de Pelotas
20. Universidade de Caxias do Sul
21. Universidade Federal de Pelotas
22. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
23. Universidade Federal de Santa Maria
24. Universidade de Passo Fundo
25. Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RIO DE JANEIRO

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE
2. BNH - Banco Nacional da Habitação
3. Centro de Ciências Sociais
4. CNPQ-Cons. Nacional de Desenvolvimento Cient. e Tecnológico
5. Escola Brasileira de Administração Pública
6. Escola Nacional de Estatísticas
7. Faculdade de Administração e Finanças
8. Faculdade de Ciências Econômicas
9. Faculdade de Ciências Econômicas e Administração
10. Faculdade de Ciências Econômicas de Valença



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

11. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro
12. Faculdade de Economia e Administração (RJ)
13. Faculdade de Economia e Administração (Niterói)
14. Faculdade de Economia e Administração do Rio de Janeiro
15. Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro
16. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
17. Fundação Getúlio Vargas
18. Instituto Brasileiro de Economia
19. IPEA-Instituto de Planejamento Econômico e Social
20. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
21. Prefeitura do Rio de Janeiro
22. Universidade Católica de Petrópolis
23. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
24. Universidade Federal Fluminense
25. Universidade Federal do Rio de Janeiro
26. BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento

SANTA CATARINA

1. Banco do Estado de Santa Catarina
2. Escola Superior de Administração e Gerência
3. Faculdade de Administração de Empresas
4. Faculdade de Ciências Econômicas
5. Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages
6. Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville
7. Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina
8. Faculdade de Economia (Blumenau)
9. Fundação Instituto de Economia e Planejamento
10. Prefeitura de Santa Catarina
11. Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

12. Universidade Federal de Santa Catarina
13. Universidade Regional de Blumenau

SÃO PAULO

1. Faculdade de Ciências Econômicas de Andradina
2. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Araquara
3. Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru
4. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Campinas
5. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
6. Universidade Estadual de Campinas
7. Faculdade de Ciências Econômicas de Franca
8. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarulhos
9. Faculdade de Ciências Cont. de Itapetininga
10. Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária-Departamento de Economia Rural
11. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Padre Anchieta
12. Faculdade de Ciências Econômicas de Marília
13. Faculdade de Ciências Econômicas de Adm. de Empresas D. Clovis e Salgado
14. Faculdade de Ciências Cont. e Adm. e Relação Pública
15. Universidade de Mogi das Cruzes-Fac. de Economia e Administração
16. Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco
17. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas (Piracicaba)



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

18. Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto
19. Instituição Universitária Moura Lacerda
20. Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administra-
ção de Santo André
21. Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos
22. Faculdade de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais
de São Caetano
23. Universidade Federal de São Carlos
24. Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista
25. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas- Funda
ção Valparaibana de Ensino
26. Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
27. Banco de la Nación Argentina
28. CEAGESP - Cia. de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Pau
lo
29. CESP-Centrals Elétricas de São Paulo S/A
30. CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolv. Tecnológico e Cientí
fico
31. COGEP-Coordenadoria Geral de Planejamento
32. Consulado da Argentina
33. Consulado Geral do Peru
34. EMURB-Empresa Municipal de Urbanização
35. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV
- Fundação Getúlio Vargas
36. Instituto de Economia Agrícola (IEA)
37. Instituto Mackenzie
38. Faculdade de Ciências Econ., Cont. e Administração de Em
presas
39. Faculdade de Ciências Econ., Cont. Atuárias Coração de
Jesus



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

40. Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
41. Faculdade de Economia São Luiz
42. Faculdade Superior de Administração de Negócios
43. FEPASA
44. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
-FIBGE
45. METRÔ
46. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
47. Prefeitura de São Paulo
48. Secretaria da Fazenda-Coord. de Administ. Financeira
49. Secretaria da Saúde
50. SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
51. SUDENE-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
52. Universidade Mackenzie
53. Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Taubate
54. Faculdades São Judas Tadeu

SERGIPE

1. Banco do Estado de Sergipe S/A
2. CONDESE - Conselho do Desenvolvimento de Sergipe
3. Prefeitura de Aracajú



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO IV

RELAÇÃO E ESCOPO DAS PESQUISAS EM EXECUÇÃO DURANTE 1982

ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA

INSTITUIÇÃO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - IPEA

TÍTULO

OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O CUSTO
DA MÃO-DE-OBRA

DATA

FEVEREIRO DE 1982

1. AUTOR DA PROPOSTA

CLAUDIO AFONSO VIEIRA

MARTIN LU

2. TÍTULO

OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O CUSTO DA MÃO-DE-OBRA

3. BREVE RESUMO DO PROJETO

3.1. Objetivos

Nas últimas décadas a economia brasileira vem experimentando profundas alterações na sua estrutura produtiva. Dentre elas, sobressai o fenômeno da crescente urbanização da população do País. A par disso, o que se verifica é uma acentuada concentração espacial das atividades econômicas, que se manifesta na formação de grandes aglomerações urbanas. Este fato é ainda mais evidenciado no Estado de São Paulo, onde a urbanização vem sendo acompanhada por um intenso processo de industrialização⁽¹⁾.

A mobilidade de recursos sobre o espaço nacional, que tende a aumentar sua eficiência alocativa, também provoca virtuais alterações na taxa de salários, com reflexos nos custos de produção, bem como no padrão de vida dos trabalhadores.

O presente projeto de pesquisa é uma tentativa

Cont.

no sentido de identificar os efeitos da urbanização sobre as transformações ocorridas na composição da cesta dos bens adquiridos pelos salários e seu respectivo reatamento sobre os custos de produção.

Por hipótese, acredita-se que com a urbanização, notadamente concentrada nas áreas metropolitanas, ocorra uma tendência à elevação dos salários nominais.

De imediato pode-se identificar, pelo menos dois componentes da composição do custo de vida para os assalariados que atuam nessa direção. O primeiro diz respeito à diversificação na composição da cesta de bens adquirida pelos salários em prejuízo dos bens de alimentação oriundos da agricultura. Esta é uma mudança de natureza "intrínseca" ao processo de desenvolvimento econômico, onde os bens tradicionais perdem sua importância relativa nos gastos dos consumidores (lei de Engel), cedendo espaço aos bens manufaturados e serviços urbanos (saneamento, educação, saúde, transporte, lazer, etc.). Neste caso a diversificação é devida ao efeito renda, em virtude de elevações nos salários reais. Todavia, se a diversificação na cesta de bens de salários resulta de uma queda no consumo de alimentos e uma elevação de preços do transporte coletivo, habitação ou qualquer outro bem de produção local, pode-se concluir que o bem estar do trabalhador piorou. Desta forma, uma parte da pesquisa deverá investigar o comportamento histórico da composição dos bens que compõem a cesta dos assalariados, segundo a natureza e origem dos respectivos processos de produção.

Cont.

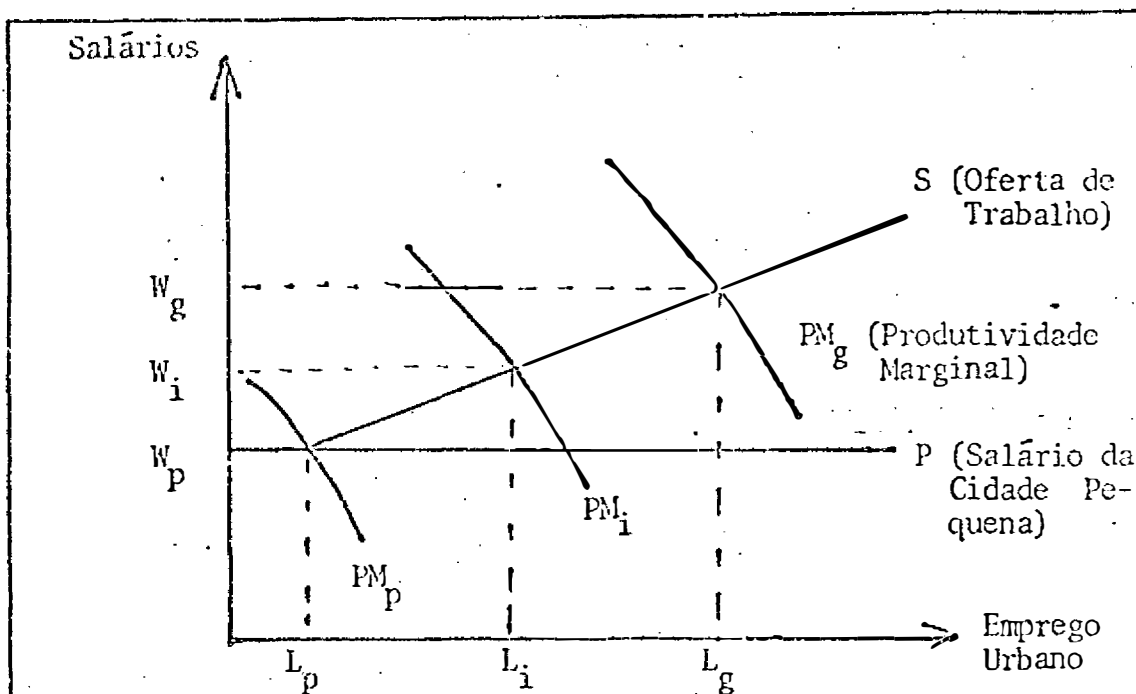
Isto porque, como se sabe ocorreu intenso progresso técnico na produção e comercialização de alimentos industrializados, ou até mesmo "in natura", como é o caso dos hortifrutigranjeiros.

Por outro lado, existem evidências recentes mostrando que o setor agrícola tem se voltado mais para a produção de produtos de exportação e de fontes energéticas em detrimento dos produtos básicos da dieta alimentar do assalariado⁽²⁾, com inegáveis repercussões sobre o custo de vida urbano.

O segundo fator se refere aos bens ou serviços de produção local (urbana) e age sobre a determinação dos salários urbanos de forma compensatória. Surgem à medida em que os empresários tenham que desembolsar maiores salários a fim de compensar os custos crescentes dos bens de produção local (habitação, transporte, etc.) como as externalidades negativas do tipo cogestionamento, poluição, criminalidade, etc.⁽³⁾, sendo estas últimas as que apresentam maiores dificuldades de avaliação empírica.

Assim acontecendo, o equilíbrio requer que os salários monetários cresçam com o tamanho urbano numa magnitude que compense os maiores gastos monetários, devido as diferenças nos custos de vida, e que compense também os custos não-monetários. A idéia pode ser resumida conforme o gráfico a seguir:

Cont.



A distância vertical entre S e P corresponde às diferenças de pagamentos compensatórios entre as cidades pequenas (p), as intermediárias (i) e as grandes (g).

É bem verdade que as diferenças devido às externalidades negativas não resultam em compensações monetárias, isto por impedimento de uma oferta elástica de trabalho a nível nacional que se dirige para os grandes centros a procura de emprego de baixa remuneração⁽⁴⁾.

Nesta parte da pesquisa, maior atenção será dada ao chamado efeito multiplicador⁽⁵⁾, isto é, maiores salários implica em maiores preços dos bens, em particular os de produção local, que por sua vez também afetam os próprios salários. Desta forma o multiplicador explica porque diferenças em salários entre cidades são acen tuadas devido aos bens transportáveis.

Cont.

Um exemplo de bem local, cujo custo de produção tende a variar sistematicamente com o tamanho urbano, é habitação + acesso. Os custos de transporte ao trabalho, compras e lazer, mais o aluguel residencial dependem do local onde os indivíduos moram nas grandes cidades. Substituição entre aluguel e transporte são sempre possíveis permitindo um balanço semelhante entre tais custos dentro de uma mesma cidade⁽⁶⁾, mas com uma significativa variância entre cidades. Nos grandes centros, devido as longas distâncias a se movimentar, os custos de terra para se poupar gastos em transporte elevam os aluguéis (land rents), o que implica em gastos maiores com o bem composto habitação + acesso.

As externalidades devido à poluição e ao congestionamento também elevam os dispêndios em transporte e conseqüentemente em habitação repercutindo significativamente sobre o custo de terra e o nível de bem estar dos moradores urbanos.

Como não se poderia deixar de mencionar, é evidente que custos nominais mais elevados nos grandes centros somente podem ser suportados pelos empresários porque, ou os níveis de produtividade são crescentes com o tamanho, como consta no gráfico apresentado, ou porque o governo acaba assumindo importante papel na provisão da maioria dos serviços urbanos, atendidos através de políticas tarifárias de caráter distributivos de renda, favorecendo as classes assalariadas. Cabe nesta pesquisa avaliações sobre tais hipóteses.

Cont.

Outros fatores, também associados à determinação dos salários urbanos, como poder sindical, efeito demonstração nos hábitos de consumo, capital humano, características da empresa (intensidade de capital, tamanho da firma, diversificação setorial,...) etc., não serão levados em consideração neste projeto de pesquisa.

3.2. Metodologia e Fontes de Dados

Entende-se por custo da mão-de-obra ou custo salarial o gasto em salário para se obter uma determinada produção. Assim definido, o custo real do salário é determinado por uma série de fatores, tais como: a jornada de trabalho e sua produtividade, os salários nominais e os preços dos bens adquiridos pelos mesmos.

Um aumento do salário nominal não implica necessariamente em aumentos no custo real do salário, pois isso vai depender do que está acontecendo, por exemplo, com a eficiência do trabalho em termos de intensidade e/ou produtividade. Alterações nos salários podem ser neutralizadas, do ponto de vista dos custos de produção, por mudanças em sentido oposto na eficiência do trabalho. Mesmo supondo inalterada a eficiência e a duração do trabalho, não se pode concluir por uma relação direta entre o salário real e o nominal. Por exemplo, quando ocorre uma elevação, não de salários nominais, mas de salários reais, em virtude da queda dos preços dos bens adquiridos pelos salários urbanos.

Assim, abstraindo-se dos efeitos da eficiência e da jornada de trabalho, o custo real do salário passa a depender de uma certa quantidade de bens e seus respectivos preços, os quais se alteram ao longo do tempo. Tendo em vista o escopo da pesquisa, pretende-se investigar o comportamento deste componente dos salários, ou seja, as transformações ocorridas ao longo do tempo na estrutura de gastos dos assalariados e identificar a natureza destas alterações.

Cont.

Para tanto, pretende-se investigar dois pontos básicos:

1) Evolução da composição da cesta de bens adquiridos pelo salário.

Neste caso, tenciona-se identificar os produtos e serviços que, ao longo do tempo, aparecem como sendo significativos dentre aqueles adquiridos pelos salários. Posteriormente, estes produtos serão classificados segundo a sua mobilidade espacial: bens de comércio (traded goods) e bens locais (nontraded goods).

A partir destas informações tem-se uma idéia das modificações ocorridas na estrutura de bens consumidos pelos assalariados.

2) Evolução dos preços relativos dos bens de salário.

A partir dos resultados obtidos no tópico anterior, será selecionado um conjunto de bens e/ou setores de atividade econômica que, ao longo do tempo, aparecem como sendo representativos na composição da cesta de bens de salários, para os quais fará uma investigação na evolução de seus preços relativos, procurando identificar prováveis efeitos de substituição e alterações no salário real.

Tanto historicamente, na medida que a cidade cresce, como entre cidade de tamanhos distintos nota-se que onde os salários ou outras remunerações forem maiores, também o serão os custos de produção e por sinal tam-

Cont.

bém os preços. Estes, por sua vez, forçarão maiores, salários, que novamente pressionarão elevações de preços, e assim sucessivamente ⁽⁵⁾.

Segundo Tolley, a taxa de salário nominal varia entre cidades, numa economia com intensa mobilidade de trabalho, devido aos diferenciais nos custos de produção dos bens locais ou não comercializáveis (nontraded goods).

O modelo consistente com tais argumentos é o seguinte ^(*):

a) Para os bens de produção local admite-se que seu preço é igual à soma do trabalho por unidade de produto mais um pagamento aos demais fatores por unidade de produto.

$$\text{Isto é: } P_1 = b w + R_1 \tag{1}$$

cuja taxa de variação entre cidades corresponde a:

$$\dot{P}_1 = s_1 \dot{w} + r_1 \tag{2}$$

onde: $s_1 = \frac{b \cdot w}{P_1}$

P_1 = preços dos bens locais

b = trabalho por unidade de produto

w = taxa de salário nominal

(*) O desenvolvimento do modelo é baseado numa comparação entre cidades de tamanhos distintos, mas nada impede que seja para uma cidade que cresce historicamente.

Cont.

R_1 = pagamento aos demais fatores exceto o trabalho por unidade de produto

r_1 = taxa de variação de R_1

A equação (2) expressa a taxa de variação no preço do bem local, devido à variação na taxa de salário e nas outras remunerações.

b) A relação entre a diferença percentual do custo do trabalho e dos preços de bens entre cidades pode ser expressa pela soma dos dispêndios em bens locais e exportáveis, isto é:

$$\dot{w} = e_1 \dot{P}_1 + (1 - e_1) \dot{P}_t \quad (3)$$

onde: e_1 , e $(1 - e_1)$ - são as proporções do gasto entre os dois tipos de bens para cada cidade.

A equação (3) revela que o diferencial de custo do trabalho urbano é proporcional ao custo de vida de cada centro; isto é, o salário deflacionário ou real pode ser o mesmo entre as cidades.

Finalmente, substituindo (2) em (3) chega-se ao já mencionado efeito multiplicador:

$$w = \{1/(1 - s_1 e_1)\} \{(1 - e_1) P_t + e_1 r_1\} \quad (4)$$

Esta equação estabelece a relação entre o custo monetário do trabalho e o custo de vida urbano, incluindo as externalidades.

Cont.

Sendo aceitável a hipótese que P_t seja pequeno, devido à mobilidade, então variações em w devem advir de r_1 e e_1 . Derivando a equação (4) obtém-se $\frac{dw}{dr_1}$ e $\frac{dw}{de_1} > 0$;

o efeito de P_1 sobre w advém do fato que $\frac{dp_1}{dr_1} > 0$ e $\frac{de_1}{dp_1} > 0$.

Na realidade, os bens locais cujo custo de produção variam sistematicamente com o tamanho urbano podem ser habitação, transporte, assistência à saúde, etc. O primeiro, deve-se ao fato do crescente custo da terra no custo da habitação, na medida em que aumenta a densidade urbana. O segundo, em virtude do aumento das distâncias médias e do custo do tempo perdido em congestionamento de tráfego. O terceiro, em virtude da intensa propagação das epidemias em áreas mais densas. Estes efeitos, caracterizados como externalidades, terminam por afetar e_1 e r_1 que por sua vez afetam P_1 , o qual deve ser compensado por aumentos de salários. Em outras palavras, idades maiores exigem maiores gastos nos bens locais para se conservar o mesmo nível de renda real.

Em suma, o custo de vida urbano é crescente com o tamanho da cidade, porque com este aumenta o custo de habitação e acesso, manutenção da saúde, etc; além das crescentes deseconomias externas de congestionamento e poluição. Contudo, não se pode ignorar, em todo esse procedimento comparativo, que a maioria dos serviços públicos são praticamente incomparáveis entre cidades, simplesmente porque não são serviços homogêneos. Em outras palavras, cidades pequenas ou mesmo médias, de regiões

Cont.

de baixa renda, não possuem serviços especializados de saúde, educação, transporte, etc, fato este que prejudica substancialmente as comparações do custo de vida urbano entre cidades de diferentes portes e desiguais níveis de renda. O bom senso indica que a natureza e a qualidade dos serviços também deveriam ser objeto de avaliação.

Mesmo a despeito de tais observações já foi realizada, a partir das informações da "Pesquisa sobre Orçamentos Familiares" da Fundação Getúlio Vargas, de 1961-62, uma tentativa de se verificar como os gastos familiares variam com alguns bens de produção local⁽¹⁾. Os cálculos tomaram em conta apenas o Estado de São Paulo, para não introduzir distorções regionais.

O resultado para o total de famílias e relativo a algumas cidades paulistas encontra-se na tabela abaixo.

PROPORÇÃO DOS GASTOS EM BENS LOCAIS SOBRE AS DESPESAS CORRENTES

CIDADES	GRANDES	INTERMEDIÁRIAS		PEQUENAS
		MÉDIAS	PEQUENAS	
		Carpinas Santos Sorocaba	Rio Claro Araramãra Marília	Ebedouro, Birigui Bragança Paulista, Batatais, Jacareí
Aluguel	9,5	6,7	5,5	4,0
Trans. Colet.	4,3	2,4	0,4	0,2
Assistência à Saúde	4,4	3,3	3,7	4,4

FONTE: Vide (1).

Cont.

Salvo o item Assistência à Saúde, os demais são permanentemente crescentes com o tamanho urbano. Isso deve-se em parte à composição diversa das categorias profissionais do chefe das famílias, isto é, os liberais e outros não empregados podem e devem gastar maior parcela de sua renda em saúde, do que os operários.

Assim sendo, conforme a pesquisa em pauta, tomando o caso desta última categoria de família, obteve-se um resultado totalmente consistente com a hipótese proposta, conforme tabela abaixo.

PROPORÇÃO DOS GASTOS EM BENS LOCAIS - CLASSE OPERÁRIA

	GRANDES	INTERMEDIÁRIAS		PEQUENAS
		GRANDE	PEQUENA	
Aluguel	10,8	7,5	7,0	4,0
Transporte Coletivo	5,5	2,9	0,4	0,3
Assist. à Saúde	4,3	3,1	2,8	2,6

FONTE: Idem tabela anterior.

É evidente que as informações apresentadas não se constituem numa prova suficiente para aceitar ou rechaçar integralmente a hipótese do custo de vida crescente com o tamanho urbano. Contudo, revela alguma evidência de tal fato, mesmo admitindo a existência de diferentes funções de bem-estar e o volume das atividades ligadas ao auto-consumo de cada família pertencente aos centros

Cont.

urbanos considerados. Tanto os subsídios, principalmente os ligados aos serviços públicos, podem introduzir sérios viés nas estimativas.

Na parte dos bens comercializáveis maior atenção será dedicada ao grupo dos alimentos, enfatizando-se o comportamento da oferta dos principais produtos do setor primário.

Os dados a serem utilizados são:

- (1) Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) para o Capital Paulista dos seguintes anos: 1951, 1961/62, 1971/72, 1981/82.
- (2) Séries de Preços ao Consumidor 1951/1981
- (3) Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF).
- (4) Censos da FIBGE - 1950/60/70/80
- (5) Pesquisa Origem-Destino da Emplasa - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - 1977.

4. BIBLIOGRAFIA

- (1) RIZZIERI, J.A. "Estrutura Urbana, Produtividade e Custos de Urbanização", Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1980.
- (2) MELO, F.B.H. "Disponibilidade de Alimentos no Brasil e Impactos Distributivos", São Paulo, IPE/USP, Trabalho para Discussão nº 44, Fevereiro 1982.
- (3) EDEL, M. "Land Values and the Cost of Urban Congestion: Measurement and Distribution", Urban Studies, 1972
HOCH, I. "Income and City Size", Urban Studies, October, 1972.
- (4) TOLOSA, H. C. "Dualismo no Mercado de Trabalho", in Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5(1), junho de 1975.
- (5) TOLEY, G.S. - "A Theory of Money Wages", in Urban Growth Policy in a Market Economy, London, Academic Press Inc., 1979.
IZRAELI, O. - "Externalities and Intercity Wage and Price Differential", in Urban Growth Policy in a Market Economy London, Academic Press Inc, 1979
- (6) ALONSO, W. - "Equilibrium of the Household", Cap.III, in Urban Analysis, Reading in Housing and Urban Development de Page e Seyfried.

5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO

Espera-se que os resultados da presente investigação venham contribuir para uma maior compreensão das mudanças na estrutura da cesta de bens adquiridos pelos salários, face ao processo de urbanização por que vem passando o País, em especial no Estado de São Paulo.

Além disso, imagina-se que possam servir como subsídios para a formulação de políticas de diversas naturezas, tais como: de provisão dos serviços públicos, de direcionamento espacial do trabalho e das atividades econômicas, de desenvolvimento da agricultura de alimentos e de distribuição pessoal da renda, todas elas compreendidas num contexto de influência sobre o custo da mão-de-obra enquanto avaliada a partir do seu respectivo custo de vida urbano.

ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA

INSTITUIÇÃO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - IPEA

TÍTULO

DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE, INTENSIDADE DE CA-
PITAL E NÍVEIS SALARIAIS PARA CARACTERIZAÇÃO DAS
DISPARIDADES REGIONAIS

DATA

FEVEREIRO DE 1982

1. AUTOR DA PROPOSTA

LUIZ AUGUSTO DE QUEIROZ ABLAS
ROBERTO SMITH

2. TÍTULO

DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE, INTENSIDADE DE CAPITAL E NÍVEIS SALARIAIS PARA CARACTERIZAÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS

3. BREVE RESUMO DO PROJETO

3.1. Objetivos

O crescimento desigual das regiões constitui um aspecto concreto que não tem passado despercebido pelos que procuram estabelecer uma inquirição teórica a respeito da sua origem e permanência.

Neste sentido distintos enfoques têm sido desenvolvidos, e sua importância repousa na possibilidade de utilização desse conhecimento para melhor entender os efeitos que decorrem da concentração espacial da riqueza. Nesses enfoques a forma como o processo de acumulação desigual é reproduzido no espaço - traço marcante que se situa na origem das disparidades regionais - apresenta várias matrizes teóricas.

Para os clássicos como Ricardo, mesmo com a ausência de perfeita mobilidade de fatores, as vantagens comparativas terminariam operando uma tendência à especialização espacial equilibrada.

Cont.

Para os não-clássicos a hipótese de concorrência eliminaria a possibilidade das assimetrias econômicas rebatidas no espaço. No entanto, como os fatores apresentam de "per se" uma distribuição rígida em termos locacionais, e admitindo ainda a existência de externalidades, surgiriam aspectos impositivos da concorrência que tenderiam a preservar as diferenças espaciais. Essa última abordagem teórica apresenta a região como um ponto de partida analítico abstrato, que permite reduzir o espaço a simples relações de distâncias entre pontos ou a campos de força de atração e repulsão.

As teorias de desequilíbrios regionais, que adotam a região como dada, na maior parte das vezes, pouco tem explicado a formação concreta das referidas disparidades, tendo cunho fortemente descritivo.

No tocante à formação de preços e seus efeitos espaciais subjacentes, geralmente o que existe é uma associação a variáveis como custos de transporte, acessibilidade, dotação de fatores, tamanhos de mercado, nível de informações no mercado, existência de externalidades e economias de aglomeração que podem ou não desestabilizar os preços de equilíbrio. Daí se deduz que as disparidades regionais existem porque as forças de mercado não são o suficientemente atuantes para estabelecer uma certa homogeneidade no espaço.

Tem-se portanto uma substancial parcela do conhecimento na área regional contida sob a contingência de equilíbrio estático ou estático comparativo, com pa-

Cont.

radigma de concorrência, e tendo como pano de fundo a consideração de que a região é um dado para análise.

Em contrapartida vem se assistindo, bem recentemente, ao adensamento do conhecimento da teoria econômica vinculado às teorias do espaço que desloca as premissas da abordagem tradicional na medida que aproveitam contribuições neo-ricardianas (como a de Sraffa por exemplo) por um lado, e as análises do capitalismo oligopolista de outro.

O ponto em comum entre a versão neo-ricardiana e a do capitalismo-oligopolista se baseia na ênfase da concorrência intercapitalista na disputa pela apropriação do excedente.

Esses enfoques apresentam a vantagem de não se restringirem ao aspecto isolado da circulação de mercadorias e de fluxos monetários e financeiros mas trazer o sistema produtivo para a sua base de análise.

Se as disparidades regionais, a formação de polos ou a concentração espacial da produção são analisados sob esta perspectiva torna-se possível um maior teor explicativo destes fenômenos. De uma situação de possibilidades descritivas passa-se a uma situação de possibilidades explicativas do que ocorre no espaço.

Nesse contexto, o presente projeto tem por objetivos:

a) Trazer a análise das disparidades regionais para um novo marco conceitual, com ênfase nas diferen-

Cont.

ças de produtividade e salários inter-setoriais e inter-regionais;

b) proceder a uma avaliação empírica para o Brasil, buscando a nível inter-regional ou mesmo inter-estadual alguns elementos centrais para a comprovação das características em que se verifica a transferência de excedente entre espaços.

3.2. Metodologia e Fontes de Dados

Proceder-se-á, inicialmente, a uma revisão das abordagens explicativas das disparidades regionais no Brasil com vistas a se estabelecer uma extensão dos referenciais existentes. Essa revisão implicará num apinhado da literatura mais expressiva buscando-se os argumentos básicos presentes num certo conjunto de autores e documentos cuja seleção será parte integrante da pesquisa. A hipótese que se levanta é a de que tem existido uma ênfase nos aspectos de fluxos financeiros e fiscais como indicativos de drenagem de recursos das áreas mais deprimidas para as mais desenvolvidas, desvinculando-os das distintas estruturas produtivas existentes.

No sentido de incorporar esse aspecto na análise, e utilizando-se uma visão neo-ricardiana (a la Sraffa) a metodologia a ser utilizada buscará a caracterização de formas de transferência no comércio inter-regional que venham a significar prejuízo para os parceiros envolvidos, podendo assumir tais formas alguns aspectos interessantes: transferências de excedente, ganhos de produtividade, bens de consumo subtraídos ao nível de subsistência da população, entre outras possibilidades.

Para aprofundar a compreensão do problema supõe-se que o preço de um bem é definido, em princípio, pela estrutura de custos da sua produção, como segue:

$$\text{preço} = \text{insumos} + \text{salários} + \text{lucros}$$

ou, matematicamente:

$$P_j = (P_i A_{ij} + W_j L_j) (1 + r)$$

Cont.

onde: P_j = preço do produto j
 P_i = preço dos produtos i (insumos de j)
 W_j = salários no setor j
 A_i e L_j = quantidades do produto i e de trabalho que entram na produção de j
 r = taxa de lucro

Da observação da fórmula acima algumas conclusões interessantes podem ser tiradas:

i) dada uma tecnologia (fixados A_i e L_j) os preços irão variar diretamente com os salários no setor j (W_j) e a taxa de lucro (r);

ii) os preços dos insumos (P_i), na produção passada terão uma definição semelhante ao de P_j podendo-se concluir que também eles dependem de W_i e r ;

iii) mesmo dada uma taxa de lucro uniforme para todos os setores, aquele setor que utilizar mais capital para a compra de insumos ($P_i A_i$) e pagamento de salários ($W_j L_j$) irá obter um lucro maior em termos absolutos, o que significa uma maior participação no excedente global gerado pelo conjunto de setores;

iv) se se admite uma taxa de lucros diferenciada por setores, os setores mais oligopolizados terão preços mais elevados a uma taxa de lucros mais elevada.

Pode-se então concluir que o preço de cada produto depende de 3 variáveis:

a) do nível de salário real pago pelo setor;

Cont.

b) da intensidade de capital do setor;

c) da diferenciação na taxa de lucros ou do grau de monopólio.

Feita essa caracterização por setores, e definindo em termos de emprego a estrutura produtiva das regiões a serem comparadas e os produtos passíveis de serem trocados, será fácil verificar como essas 3 variáveis podem determinar uma relação de preços desfavorável para uma dada região no seu relacionamento com as demais, criando-se um poderoso instrumental para a análise do inter-relacionamento entre economias regionais de diferenciados graus de desenvolvimento.

Admite-se que na diferença entre a geração e apropriação do excedente econômico entre os setores é que se verifica a perda de substância entre espaços dotados de diferentes estruturas produtivas. Esta possibilidade desigual de apropriação do excedente entre setores e portanto entre regiões configura, de forma subjacente aos preços das mercadorias transacionais, uma transferência líquida de esforço produtivo.

A análise empírica será procedida mediante utilização de dados dos censos industriais e da matriz de insumo-produto da FIBGE. Por se tratar da análise de um fenômeno claramente estrutural a utilização de dados do censo de 1970 não prejudicará a compreensão do problema.

Cont.

A escolha das áreas a serem estudadas será determinada no escopo da própria pesquisa. Provavelmente uma das áreas deverá ser o Nordeste para o qual a literatura é mais rica, além do fato de que se trata de uma região que passa por uma industrialização recente fundada em moldes modernos.

4. BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, L.A. de - Intensidade de Capital e Diferencial de Salário como Causa de Disparidade Inter-Regional. II Seminário de Economia Regional e Urbana, FIPE, 1980.
- ABLAS, L.A. de; CZAMANSKI; M. LU e RIZZIERI, J.A.B. - Estudo dos Efeitos Multiplicadores dos Investimentos Industriais e dos Programas Governamentais, São Paulo, FIPE, 2 vol., 1976.
- ALBUQUERQUE, R.C. & CAVALCANTI, C.V. - Desenvolvimento Regional no Brasil, IPEA, nº 16, 1976.
- AMIN, Samir - O Desenvolvimento Desigual, São Paulo, Ed. Forense Universitária, 1976.
- BETTELHEIM, C. - Observaciones Teóricas, in El Intercambio Desigual, México, Siglo Veintiuno, Ed., 3a. edição, 1979.
- CANO, W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Ed. Ditel, São Paulo, 1977.
- DENSLOW, D. - As Origens da Desigualdade Regional no Brasil, Estudos Econômicos, vol. 3, nº 1, 1973.
- EMMANUEL, A. - L'Echance Inégal, Paris, Ed. Maspero, 1969.
- PONTENELLE, P. e SILVA - Aspectos Tecnológicos da Estrutura Industrial Brasileira - Uma Análise de Insumo-Produto, Tese de Mestrado, UnB, Brasileira, 1978.
- GTDN - in Formação Econômica do Brasil, Sem. ANPEC, Verisiani e Mendonça de Barros, Ed. Saraiva.
- KALECKI, M. - Teoria da Dinâmica Econômica, São Paulo, Ed. Ab., 1976.
- LABINI, P.S. - Oligonólio y Progreso Técnico, Barcelona, Edit. Oikos-Tau, 1976.

Cont.

LIOSATOS, Panagis - Unequal Exchange and Regional Disparities in Papers, The Regional Association, 1980, vol. 45, pág. 87-103.

MAGALHÃES. A.R. - Comércio e Desenvolvimento (Observações sobre as Relações Triangulares no Comércio da Região Nordeste) in Revista Econômica do Nordeste, vol. 10, nº 4, out/dez, 1979.

PIMES - Desigualdades Regionais na Economia Brasileira.

REBOUÇAS, Osmundo. - Interregional Effects of Economic Policies: Multisectorial General Equilibrium Estimates for Brazil, Harvard, Cambridge 1974; Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Diagnóstico e Alternativas, in Encontro ANPEC, 1976.

SILVA PRADO, E.F. - Elementos Indicativos para a Seleção de Atividades em Programas de Desenvolvimento Regional no Brasil, Tese de Doutorado, FINE-USP, 1980.

SRAFFA, P. - Produção de Mercadorias por Intermédio de Mercadorias, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1977.

VIANNA, P. Jorge R. - A Transferência de Recursos Nordesteiros via Comércio Triangular: Alguns Comentários in Revista Econômica do Nordeste, vol. 11, nº 2, abr/jun 1982.

LIOSATOS, Panagis - Capitalist Commodity Production and Interregional Transfers of Value, Florida University, 1981.

SMITH, R. - Troca Desigual e Regionalismo, FINE - USP, 1981.

5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO

Quando se observa a forma assumida pelo planejamento regional nos anos recentes, incluindo-se aí o caso brasileiro, percebe-se, ao nível da intervenção, que a análise vem se ressentindo de um melhor instrumental que oriente a ação política. Sob o impacto de medidas econômicas que levam a alterações importantes nas regras que orientam a atividade econômica, praticamente inexistente uma possibilidade técnica de alertar sobre os efeitos espaciais subjacentes, não sendo sequer possível indicar se tais efeitos são positivos ou negativos para determinadas áreas.

É nesse sentido que a análise das estruturas produtivas regionais deverá propiciar o conhecimento adequado das mesmas de tal forma a criar as condições para uma definição de uma tipologia de estruturas regionais do ponto de vista da sua adequação ao desenvolvimento, vale dizer, da sua capacidade em internalizar os efeitos motores de diversas origens.

Ao mesmo tempo, tendo-se em conta as características da metodologia a ser utilizada, deverá sobressair ao final do trabalho, o caráter do interrelacionamento das diversas economias regionais viabilizando a efetiva ação governamental no sentido de corrigir problemas da concentração espacial da atividade econômica. Com isso será possível visualizar uma programação de investimentos que utilize, de forma efetiva, as potencialidades de cada região em gerar seus próprios recursos para investimento, significando isso um maior en-

Cont.

volvimento das coletividades locais nos seus próprios projetos.

1. AUTOR DA PROPOSTA

JUAREZ ALEXANDRE BALDINI RIZZIERI
VERA LÚCIA FAVA

2. TÍTULO

EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DAS DISPARIDADES ESPA-
CIAIS NO BRASIL - 1974/80

3. BREVE RESUMO DO PROJETO

3.1. Objetivos

O Brasil, quando analisado como um todo, tem apresentado desempenho melhor que o dos demais países em desenvolvimento, em termos de vários indicadores sociais. Quando, todavia, se analisa o país sob o prisma regional, grandes disparidades internas são constatadas.

Tal constatação não é de forma alguma recente. Tanto que muito se tem falado e escrito sobre as disparidades regionais no Brasil. O indicador frequentemente utilizado para representá-las tem sido a renda nominal. Sabe-se, contudo, que este indicador pode levar a um diagnóstico equivocado sobre a realidade uma vez que existem grandes diferenças espaciais de custo de vida, observadas não só entre regiões mas também entre áreas rurais e urbanas de uma mesma região.

Tendo em vista tal limitação, o que se pretende neste trabalho é desenvolver indicadores das disparidades regionais e urbano-rurais, que levem em consideração

Cont.

as diferenças espaciais dos níveis de preços ao consumidor e que permitam uma avaliação "real" das referidas disparidades. Tomando como ponto de partida a situação vigente no Brasil em 1974/5, pretende-se também verificar como esses indicadores tem evoluído e analisar os possíveis determinantes de sua evolução, dando destaque nessa análise à política salarial.

Este projeto de pesquisa pode ser itemizado da forma que segue:

a) identificação e análise dos diferenciais de índices de custo de vida, adequação nutricional e pobreza entre regiões e entre áreas urbanas e rurais, em 1974/5;

b) determinação da evolução dos índices espaciais de custo de vida após 1974/5;

c) avaliação das alterações ocorridas nos níveis de pobreza entre 1974/5 e 1980; e

d) análise das modificações verificadas, em especial, da relação existente entre a evolução do custo de vida, a política salarial e o nível de emprego e rotatividade.

3.2. Metodologia e Fontes de Dados

Para a avaliação inicial dos índices de custo de vida serão utilizadas as informações da pesquisa Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF [2] e [3] realizada pela Fundação IBGE em 1974/5. Esta é a única pesquisa que permite avaliar em âmbito nacional a estrutura de consumo das famílias. Através dela pode-se computar os índices de custo de vida para as diversas regiões do Brasil e, dentro de cada região, para as áreas rurais, áreas urbanas não-metropolitanas e áreas metropolitanas separadamente.

Os índices de preços de alimentação serão estimados diretamente dos dados do ENDEF sobre gastos e quantidades de alimentos consumidos, pois a partir destes pode-se obter a estrutura de ponderação do índice e imputar o preço de cada alimento considerado.

Já para os itens não alimentares, os dados do ENDEF não permitem derivar índices de preços da forma prevista para o caso dos alimentos porque não há estimativas das quantidades consumidas. Eles serão obtidos a partir das informações sobre diferenciais de gastos, segundo procedimento apresentado em [5].

A adequação nutricional também será avaliada com base nos dados do ENDEF sobre ingestão de calorias, proteínas e demais nutrientes. Comparando-os aos requerimentos nutricionais adequados, obter-se-á um diagnóstico do estado nutricional das diversas regiões e áreas. Tendo em vista a pouca representatividade de valores válidos para a média, este estudo deverá ser feito a nível

Cont.

de classe de renda.

A partir dos resultados sobre índices espaciais de custo de vida, requerimentos mínimos e distribuição de renda, serão computados alguns indicadores do nível de pobreza existente em cada área. Derivando as chamadas linhas de pobreza específicas a cada região e área que em suma representam o dispêndio mínimo requerido em cada localidade e comparando as mesmas à distribuição de renda pertinente, poder-se-á verificar a parcela da população que está abaixo da linha de pobreza, ou seja, que não dispõe do mínimo necessário, bem como a magnitude da diferença entre o mínimo necessário e o efetivamente disponível. A descrição da metodologia a ser utilizada nesta etapa pode ser encontrada em [4] e [6]. Para a avaliação dos indicadores dos níveis de pobreza em 1974/5 serão utilizados basicamente as informações do ENDEF e, em 1980, os dados censitários sobre distribuição de renda serão empregados.

4. BIBLIOGRAFIA

1. CAICEDO, E. e Pinstруп-Andersen - "The Potential Impact of Changes in Income Distributions on Food Demand and Human Nutrition", American Journal of Agricultural Economics, ago. 1978.
2. FUNDAÇÃO IBGE-ENDEF, Consumo Alimentar-Antropometria, Dados Preliminares, 7 volumes, 1977 e 1978.
3. FUNDAÇÃO IBGE-ENDEF, Despesas das Famílias, Dados Preliminares, 7 volumes, 1978.
4. KAKWANI, N.E. e N. Podder - "Efficient Estimates of the Lorenz Curve and Associated Inequality Measure from Grouped Observations", Econometrica, vol. 44, nº 1, 1976.
5. McCLOSKEY, D.N. - The Applied Theory of Price, Mac Millan Co., New York, 1981.
6. SEN, A.K. - "Poverty: An Ordinary Approach to Measurement", Econometrica, vol. 44, nº 2, 1976.
7. WEISSKOFF, R. - "Demand Elasticities for a Developing Economy: An International Comparison of Consumption Patterns", Studies in Development Planning, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1971.

PROJETO DE PESQUISA

REGIÃO PAULISTA DO CAFÉ E REGIÃO PAMPEANA ARGENTINA

Uma Análise Regional Comparativa

Objetivos

A finalidade geral da pesquisa aqui proposta, como é indicado no seu título, é o estudo comparado de duas regiões, pertencentes respectivamente ao Brasil e à Argentina.

Trata-se de um estudo que tentará não só captar os similitudes e diferenças atuais entre as duas regiões; os principais aspectos da evolução histórica delas serão também considerados.

O cerne da análise serão os aspectos regionais propriamente ditos; isto é, os padrões de crescimento econômico e demográfico, os padrões de ocupação territorial, a estruturação e posterior evolução dos sistemas de cidades, os padrões de localização industrial, as características especiais do sistema de transporte, etc.

Fundamentação

Os motivos que tem sugerido a formulação deste projeto são de várias ordens, seja de caráter geral ou específico.

- (a) Em geral, as análises comparativas são especialmente atraídas, do ponto de vista empírico, na medida em ampliam a compreensão dos assuntos tratados, sugerindo eventualmente novos critérios de classificação.
- (b) Do ponto de vista teórico, a análise destes dois casos "reais" permitirá se aproximar a uma comprovação da significância de algumas teorias de estruturação e desenvolvimento regional (por enquanto, está previsto considerar a Teoria do Lugar Central e a Teoria do Desenvolvimento Polar; mas nada impede que outras teorias sejam consideradas).

explicação dos vínculos entre assentamentos rurais e urbanos. Espera-se obter, desta forma, uma hierarquia de cidades teoricamente justificada.

- (d) A industrialização substitutiva deslocando a ênfase de desenvolvimento do rural para o urbano, manifesta-se numa forma espacial tipicamente desequilibrada, sendo portanto suscetível a ser interpretada no contexto da Teoria da Polarização. Os pontos principais de ênfase na análise serão os seguintes: (1) as características de polarização, desenvolvida na base de uma rede urbana já estabelecida, com padrões de desenvolvimento cronologicamente anteriores; (2) as características mais importantes de localização industrial e dos principais serviços; (3) as implicações das mudanças no sistema de transporte.
- (e) Percebe-se então que pode ser possível um tipo de articulação entre as teorias do Lugar Central e do Desenvolvimento Polarizado, o que não implica, ao menos por enquanto, aceitar a integrabilidade delas.

(c) A escolha específica das duas regiões indicadas obedece ao fato delas apresentarem semelhanças notáveis. Tanto a Região Pampeana Argentina como a Região Paulista do Café são áreas de ocupação relativamente recente, cujo desenvolvimento baseou-se em economias agroexportadoras, e cuja estruturação espacial foi fortemente condicionada, no início, por um meio de transporte de características específicas (isto é, e ferrovia). Posteriormente, as duas regiões tiveram um crescimento industrial importante, acompanhado pelo fortalecimento de regiões metropolitanas e por uma mutação no sistema de transportes (primazia de rodovia). Os eventuais aspectos diferenciados (por exemplo, geomorfologia, diferentes requerimentos no uso agrícola do solo, etc.) podem ajudar a calibrar as teorizações a serem ensaiadas.

METODOLOGIA

A seguir, indicam-se os mais importantes os princípios metodológicos que orientarão a pesquisa.

- (a) Partir-se-á da tradicional divisão histórica entre economia agro-exportadora (desde a segunda metade do século XIX - até - 1930) e economia de substituição de importações (desde 1930 até hoje); cada período será tratado em forma separada. Será necessário, neste ponto, enquadrar o processo histórico no marco da teoria do desenvolvimento, com critérios a serem diferenciados.
- (b) Para o primeiro período, a análise privilegiará alguns pontos centrais: (1) o desenvolvimento regional, enquanto dependente dos impactos provenientes do mercado mundial de produtos agrícolas; (2) o peso decisivo do transporte ferroviário, como fator de crescimento econômico e de heterogeneizações do espaço, e, com consequência, como estruturados de redes urbanas de um caráter peculiar; (3) o padrão de empregos gerado pela produção agrícola de exportação, e seus reflexos sobre a ocupação espacial (posteriormente, se for necessário, outros aspectos poderão ser levados em consideração).
- (c) Para este primeiro período, está previsto analisar a viabilidade da Teoria do Lugar Central, como instrumento de



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO V

RELAÇÃO DAS PESQUISAS JÁ DEFINIDAS PARA 1983



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

V. RELAÇÃO DAS PESQUISAS JÁ DEFINIDAS PARA 1983

Uma proposta de pesquisa para 1983, já definida conjuntamente pelos técnicos do IPEA e da FIPE, foi formalizada tendo em vista três preocupações comuns. Em primeiro lugar de correu das revisões críticas do instrumental teórico-metodológico de análise iniciadas nos anos '70, que tem revelado uma divergência acentuada entre os processos de integração funcional (setorial) e territorial (espacial) na evolução de estruturas urbano-regionais. Em segundo lugar, vale lembrar a dicotomia dos espaços urbanos e regionais, que a despeito dos conceitos interdependentes, representam enfoques predominantemente setoriais, advindo daí, todo um conjunto de análises de difícil integração, ao nível de mecanismos e processos que definem e animam as formas espaciais. Finalmente, as revisões apontam igualmente ao abandono acentuado de espaços rurais, quer nas análises regionais, quer nas urbanas; esta deficiência é tanto mais sentida, quanto menor for a escala espacial.

Desse conjunto de temas não-resolvidos pelas análises dominantes, resultou o projeto apresentado nesta proposta de trabalho parcial. O seu título provisório é: "Integração Funcional e Integração Territorial: Espaços Rurais e Centros de Pequeno Porte", cuja concepção é resumida a seguir.

A separação dos processos de integração ao nível funcional e territorial representa um procedimento metodológico bastante diferente, que condiciona em muito os resultados. Na medida em que o "comando" da expansão de todo sistema produtivo é uma decisão seletiva e setorial, as características



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

desta evolução dependem de uma análise dos impactos funcionais deste mesmo sistema hierarquizado. Dentre os múltiplos efeitos, inscrevem-se evidentemente os de natureza espacial. Pelo fato de que estruturas urbano-regionais se encontram também ordenadas de forma hierarquizada, a maioria das análises têm assumido a hipótese de que estas duas hierarquias são coincidentes. Na medida em que esta hipótese fundamental for alterada, por exemplo, que se considere que o processo de integração funcional (setorial) é quem determina as formas assumidas pela integração territorial (espacial), bem como as formas de mobilidade inter-espaciais, já não se poderia analisar indistintamente estes dois processos de forma indiferente.

A principal consequência da alteração acima referida se faz sentir em um segundo plano, qual seja, aquele conceitual sobre as tipologias espaciais. Tomando-se o caso de uma estrutura urbano-regional, um (sub) sistema urbano costuma ser definido como sendo um conjunto hierarquizado de assentamentos humanos que oferecem bens e serviços a um espaço não-urbano: deriva daí, de uma forma quase tautológica, que as regiões são conceituadas como sendo (sub) sistema de cidades. A partir destes dois conceitos, as análises se caracterizam por uma ênfase "intra" cada uma destas categorias. Como os (sub) sistemas se recobrem sucessiva e perfeitamente, a grande maioria das análises passa naturalmente a considerar o processo de integração territorial como sendo a outra face de Janus, como um enfoque substitutivo à integração funcional.

Nessa perspectiva, além de análises "espacialmente exclusivos", investigações excessivamente concentradas sobre formas espaciais, aliadas à hipótese da convergência funcio-



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

nal - territorial, acabaram por conformar, de um lado, análises divergentes de outros enfoques setoriais e, de outro lado, propostas bastante rígidas e limitadas quanto à essência de políticas urbano-regionais. Dentre as inúmeras inadequações e deficiências, deve ser realçada aquela referente ao papel de espaços rurais em geral, e, em particular, o papel desempenhado por assentamentos humanos de pequeno porte. Para o primeiro, a tônica dos estudos tem-se limitado à economia agrícola, e, para o segundo, a uma categoria fluída de "centros de influência local".

Convém destacar que a releitura desses paradigmas solidamente estabelecidos não é uma preocupação puramente de natureza acadêmica. À sua origem, estão uma série de estratégias de desenvolvimento, como por exemplo, as propostas referentes à "redistribuição com crescimento", ou a derivação das "necessidades básicas"; ainda com relação ao tema, merecem referências específicas os programas de desenvolvimento rural integrado do Banco Mundial, ou o programa de assentamentos humanos das Nações Unidas, todas inscritas dentro da estratégia global de combate à pobreza e às iniquidades nas suas diversas formas de manifestação. A adoção formal destas estratégias — e de suas combinações — conduziu a dois movimentos importantes. De um lado, uma revisão dos paradigmas estabelecidos, que se complementou, de outro lado, por uma reavaliação das funções do setor público em um sistema de planejamento misto. Dessas análises procedidas, um elemento constante refere-se à questão do conflito entre objetivos, conflitos estes nem sempre "compatibilizáveis".



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Como principal resultado desse processo, ficou evidenciada a questão dos conflitos, inerentes a todo processo decisório em sistemas sociais complexos. Do ponto de vista geral, o estabelecimento de mecanismos institucionais de compensação dos efeitos não-intencionais ou não-desejáveis passou a assumir uma importância cada vez maior. Mais especificamente quanto à área urbano-regional a importância do enfoque espacial reside no destaque conferido às diversas formas de iniquidades, quer no que tange à incidência de políticas espacialmente explícitas e implícitas, quer no que se refere às desigualdades entre os setores rural e urbano, às inter-regionais, àquelas que se verificam entre centros urbanos de diferentes tamanhos, até às inter-pessoais, mais acentuadas dentro das aglomerações urbanas de maior porte.

Em função dessas considerações acima resumidas, o enfoque dominante para a presente proposta deve procurar desvincular os dois processos de integração antes referidos — o funcional e o territorial — e, neste sentido, entender as transformações de unidades espaciais como uma sucessão de modos de produção, que dependem das formas de sua inserção dentro de uma divisão espacial do trabalho. Metodologicamente, para se evitar a dicotomia rural-urbano, proceder-se-á igualmente uma análise da escala espacial mínima, vinculada a temas não-resolvidos dentre os quais se destaca o papel do espaço rural e o dos centros de pequeno porte.

Esse procedimento representa, em síntese, o estabelecimento de um marco de referência teórico-metodológica, baseado em uma releitura quanto à compreensão dos fenômenos em sua



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

dimensão espacial. No sentido de se evitar um grau demasiadamente grande de indeterminações, foi selecionada a questão do espaço rural de pequenos centros urbanos, como um elemento redutor da complexidade desta forma de abordagem.

Essa concepção assim condensada corresponde simplesmente um marco de referência teórica, cuja validade deve ser testada em uma aplicação a uma situação concreta e específica. Depois de se passar pela avaliação do Comitê de Programação do Convênio, a segunda parte principal do projeto será dada pela aplicação deste esquema analítico a uma região brasileira, cuja seleção será procedida em comum acordo entre os pesquisadores responsáveis pelo projeto e o referido Comitê.

Conforme foi enfatizado, o procedimento a partir de unidades espaciais de menor escala e a análise dos efeitos engendrados por um processo de integração funcional, permitirá lançar um pouco de luz sobre as perspectivas destas áreas — e de suas tipologias — na integração territorial que, convém insistir, não traz no seu bojo apenas vantagens. Pelo contrário, a apropriação desigual dos benefícios dependerá das posições relativas de cada área na divisão espacial do trabalho. O "dual" desta forma de abordagem pode ser sugerida como os conflitos entre objetivos de diferentes escalas espaciais, o que pode ser de algum interesse para fins de intervenção.

Acredita-se que este projeto de pesquisa complementará as linhas de investigação da FIPE no domínio urbano-regional, bem como representará uma tentativa de ampliar esforços de pesquisa sobre um tema relevante, de interesse tanto brasileiro quanto latino-americano.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

E, dado o elevado grau de complexidade engajado, foi estabelecido também um mecanismo de acompanhamento informal, que consistirá em uma avaliação constante dos diversos sub-produtos do projeto, que merecerão avaliações intermediárias para permitir uma melhor execução. O prazo previsto é de um ano, sendo que a primeira parte deverá coincidir com o primeiro semestre de 1983.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO VI

MODELO DO CONVÊNIO OU CARTA DE INTENÇÕES



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

(MINUTA)

ACORDO QUE ENTRE SI, CELEBRAM
A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PES
QUISAS ECONÔMICAS (FIPE) E
(NOME DA INSTITUIÇÃO), OBJET
VANDO A REALIZAÇÃO DE PESQUI-
SAS SOBRE TEMAS E PROBLEMAS UR
BANOS-REGIONAIS NA AMÉTICA LA
TINA

Aos dias do mês de do ano de mil nove-
centos e oitenta e, a Fundação Instituto de Pesquisas
Econômicas (FIPE), representada neste ato pelo Doutor Carlos
Antonio Rocca, Diretor Presidente e (nome da instituição), do
ravante denominado(a) neste ato representado(a) pelo
seu Doutor, resolvem celebrar o presente Acordo,
mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Acordo tem por objetivo a exe-
cução de pesquisas sobre temas e problemas urbano-regionais na
Região, conforme previsto no Convênio sobre Cooperação Têcni-
ca não reembolsável ATN/SF-2056-RE celebrado entre a FIPE e o
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), segundo os ter-
mos do Aide-Memoire da primeira reunião do Comitê de Programa
ção e Coordenação (CPC) que estabeleceu as principais orienta-
ções para a montagem de um Programa Integrado de Pesquisas.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

I. DA FIPE

- a) US\$, a conta dos recursos previstos no Convênio citado na CLÁUSULA PRIMEIRA;
- b) designar um responsável, dentre a equipe executora do Convênio, para — dentre outras atribuições — acompanhar, assistir e assessorar o(a), no desenvolvimento das atividades constantes do PROGRAMA DE TRABALHO a ser definido entre a FIPE e o(a)
- c) financiar as despesas de viagem e de estadia, do(s) técnico(s) do(a), referentes à realização das reuniões técnicas estabelecidas pelo PROGRAMA DE TRABALHO;
- d) estabelecer outras possibilidades de cooperação técnica, devidamente analisadas e aprovadas pelo CPC, seja no intercâmbio de professores/pesquisadores, seja no financiamento de programas de aperfeiçoamento de técnicos do (a) na Região ou nos países membros do BID.

2. DO(A)

- a) concorrer com a importância de \$ equivalente a US\$, como recursos de contrapartida para a execução do PROGRAMA DE TRABALHO;
- b) designar um responsável, para responder perante o Convênio, a execução das atividades de pesquisa previstas;



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

- c) fornecer, todo o apoio logístico indispensável para a execução do PROGRAMA DE TRABALHO, podendo este apoio ser estimado e constituir na contrapartida do(a) especificado no a) anterior.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA - As parcelas serão liberadas, de preferência trimestralmente (ou semestralmente), segundo o Cronograma de Desembolso constante do PROGRAMA DE TRABALHO, obedecida a seguinte condição:

- a) parecer técnico do responsável do Acordo, encarregado do acompanhamento da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - (especificar, se for o caso, outras condições de natureza técnica não contempladas no Manual de Convênio).

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Acordo foi aprovado pelo BID, através do Ofício datado de de de 198...., de acordo com o previsto no Convênio ATN/SF-2056-RE citado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUARTA - O presente Acordo terá vigência até ... de de 198...., podendo ser alterado e prorrogado, mediante TERMOS ADITIVOS, bem como rescindido, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da cidade de Estado de para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Acordo.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento em (.....) vias de igual teor, tanto em português quanto em espanhol, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Diretor Presidente da FIPE

Representante do(a)

TESTEMUNHAS:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO VII

MODELO DO MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

AIDE-MEMOIRE DA 1a. REUNIÃO DO COMITÊ DE PROGRAMAÇÃO E COOR-
DENAÇÃO SOBRE O PROGRAMA INTEGRADO DE PESQUISAS URBANO-REGIO-
NAIS NA AMÉRICA LATINA

São Paulo, 20 a 28 de julho de 1982

1. OBJETIVOS

Segundo o Convênio ATN/SF-2056-RE, firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e, de acordo com as Seções 1.03.b.ii.2 e 1.03.b.iii.2, o Comitê de Programação e Coordenação (CPC), reunido na sede da FIPE em São Paulo durante os dias 20 a 28 de julho de 1982, decidiu estabelecer as seguintes orientações preliminares para a montagem de pesquisas integradas entre instituições congêneres da América Latina, na área urbano-regional.

Os principais objetivos destas pesquisas integradas são:

- i) proceder uma releitura dos principais temas e problemas urbano-regionais da Região, através de um novo enquadramento analítico; e,
- ii) situar os resultados deste esforço de síntese e de crítica dentro das concepções voluntaristas e mecanicistas de planejamento vigentes, para subsidiar a formulação de políticas urbano-regionais na Região.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

2. TEMAS PRIORITÁRIOS DE PESQUISA

O Comitê de Programação e Coordenação definiu, de forma tentativa e preliminar, três grandes temas de pesquisa, para orientar os contactos e discussões com instituições congêneres da América Latina:

- i) desconcentração/descentralização: com ênfase de um lado, nos movimentos demográficos e, de outro lado, no realce dos múltiplos tipos de conflitos gerados;
- ii) processo de urbanização e desenvolvimento rural: buscar incorporar de forma mais explícita, a dimensão rural na análise urbano-regional; preferencialmente, os enfoques devem ser mais analíticos que descritivos; atenção especial deverá ser conferida aos aspectos de usos atuais de solo, bem como uma análise desagregada dos processos de integração funcional (setorial) e espacial (territorial);
- iii) economia da terra urbana: centrar nas questões de formação do valor do solo e de evolução do seu uso, procurar estender as análises para outros aspectos relacionados com o processo de urbanização.

3. MODALIDADE DE APOIO DA FIPE

As modalidades de apoio da FIPE às demais instituições congêneres podem ser reagrupadas em dois conjuntos principais:



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

O primeiro, refere-se ao pagamento de honorários a pesquisador-principal e/ou de pesquisadores-auxiliares das instituições congêneres da Região, engajados na execução de pesquisas integradas ao nível da América Latina. Incluem-se, neste primeiro caso, tanto recursos de contrapartida local (apoio logístico, computação, material, etc), quanto despesas com viagens para a realização das reuniões e seminários técnicos.

A segunda modalidade dominante de cooperação técnica, refere-se à possibilidade de contratação de professores/pesquisadores da Região, como associados da FIPE na execução do Programa. Incluem-se também os casos de bolsas de aperfeiçoamento de professores/pesquisadores da Região, para outras instituições da América Latina ou em países membros do BID.



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

ANEXO VIII

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA NA REGIÃO

